

SESSÕES DO PLENÁRIO

40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIANA BOAVENTURA *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão ordinária desta tarde.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados, o qual passo a ler: “Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciar as seguintes proposições: requerimento de urgência nº 6.785/2009, projeto de lei nº 17.968/2009, bem como projeto de lei nº 17.940/2009, de autoria do Poder Executivo.”

(O Sr. Presidente lê o expediente do dia 12 de maio de 2009.)

OFÍCIOS

Do Dep. Capitão Tadeu, comunicando sua ausência na sessão do dia 30/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Clóvis Ferraz, comunicando sua ausência na sessão do dia 13/04/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 14, 16 e 20/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 27/04 e 04/05/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Solicito uma verificação de quorum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do nobre colega deputado João Carlos Bacelar de solicitar uma verificação de quorum, gostaria de convocar, convidar os colegas da Bancada de Situação para se deslocarem até o Plenário, tendo em vista que são necessários 21 Srs. Parlamentares para que possamos recompor o quorum e dar continuidade à sessão. Estaremos, hoje, apreciando e votando o importante projeto que trata do sistema previdenciário, votando o requerimento de urgência para viabilizar um empréstimo, uma operação de crédito junto ao BNDES no valor de R\$375 milhões. Portanto, solicitamos aos colegas deputados da Bancada de Situação que, imediatamente, se desloquem até o Plenário, pois necessitamos recompor o quorum de continuidade da sessão que é de 21 Srs. Parlamentares.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares da Bancada de Situação, por favor, por gentileza, existe uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da sessão e, por isso, solicitamos dos colegas deputados e deputadas a presença imediata para a recomposição do quorum, pois estaremos, no dia de hoje, apreciando, votando e aprovando importante projeto de interesse do Poder Executivo, aprovando um

requerimento de urgência para viabilizar uma operação no valor de R\$ 375 milhões, necessária ao restabelecimento, ao equilíbrio financeiro do nosso Estado e, por essa razão, solicitamos dos nobres colegas deputados e deputadas de nossa Base a imediata presença no Plenário, tendo em vista que necessitamos de 21 Srs. Parlamentares. Os colegas que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, nas demais dependências desta Casa Legislativa, por gentileza, queiram se deslocar para o Plenário desta Casa Legislativa, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da sessão. Hoje, estaremos tratando de importantes temas, um deles, a disponibilização da conta capitalizada do Funprev para ajudar o governo a saldar imediatamente as despesas com aposentados, pensionistas, despesas exclusivamente previdenciárias. Por isso, solicitamos aos senhores e senhoras parlamentares o imediato deslocamento até o Plenário desta Casa, tendo em vista a solicitação de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão. É muito importante que os colegas deputados e deputadas se façam presentes aqui imediatamente.

O deputado Luiz de Deus acaba de chegar e já vai registrar sua presença. Outros parlamentares devem seguir o exemplo do deputado Luiz de Deus para o restabelecimento imediato do quorum.

Solicito ao Sr. Presidente que faça soar as campainhas, estabeleça o prazo de 15 minutos e convoque todos os parlamentares a se fazerem presentes ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão. Convoco todos e agradeço ao Sr. Presidente, e solicito a ajuda dele na convocação aos parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, no Salão Deputado Nestor Duarte, nos gabinetes, no restaurante, na biblioteca, na Liderança da Minoria, acessando o www.deputadoheraldorocha.com.br, que venham para o Plenário pois há um pedido de verificação de quorum de continuidade da sessão, feito pelo deputado João Carlos Bacelar e pelo nobre deputado Waldenor Pereira.

Que seja zerado o painel e se marque os 15 minutos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que queiram a continuidade da sessão, registrem suas presenças.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, é grave a situação da educação no Estado da Bahia. Citamos aqui o caso do Colégio Estadual Manoel Devoto: totalmente abandonado, sem aulas, sem a menor condição para o aprendizado do aluno, com salas depredadas, sem janelas, sem carteiras, livros jogados ao tempo, totalmente destruídos pela chuva. E o pior é que há um clima de intranquilidade devido a disputas internas entre a direção da escola e o corpo docente.

No Colégio Estadual Getúlio Vargas, no Barbalho, desde a semana passada que não há aula por falta de água.

Esse é o retrato da educação na Bahia. A educação no governo Wagner é utilizada como instrumento para aumentar as desigualdades sociais, porque enquanto na rede particular o aluno classe média alta, das classes economicamente mais favorecidas, recebe aula de qualidade, cumpre-se o calendário, a rede pública da Bahia, infelizmente, é uma ficção. Se acabasse a escola pública que o governo Wagner oferece não faria falta a ninguém, porque é uma escola que não funciona, que não tem atrativos. O governo Wagner é um fracasso, principalmente nas áreas da educação, saúde e segurança pública.

Mas nessa questão da educação o que chama a atenção, senhores, é que o governador disse no palanque, em sua campanha eleitoral, que ela seria prioridade. E a prioridade que a educação tem recebido no governo Wagner é perversa. Não temos na Bahia um sistema educacional que funcione.

Volto a afirmar: a situação do Colégio Manoel Devoto é paradigmática, reflete uma escola que tem 53 ou 54 anos, foi referência e abriga 2 mil e 800 alunos, principalmente no Nordeste de Amaralina, um bairro que não tem segurança nem saúde, e o governo não toma uma providência. É revoltante a situação desse colégio. A APLB, sabemos, não está preocupada com isso. Hoje é calada, baixa a cabeça aos interesses do governo porque é um sindicato aparelhado que não traduz os anseios dos trabalhadores.

Por isso, Sr. Presidente, estou daqui chamando a atenção, fazendo um apelo ao Líder do governo e ao presidente da Comissão de Educação para que tomemos uma atitude e levemos o problema ao governador, um governador que vive distante dos problemas da Bahia. Mas precisamos levá-los para que possamos encontrar soluções para a grave crise da educação baiana.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Waldenor Pereira.

(O deputado Heraldo Rocha fala fora do microfone.)

O Sr. Waldenor Pereira:-Meu caro Líder... Sr. Presidente, ele não quer que eu fale.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, peço para inserir nos Anais desta Casa o editorial do *Portal Vermelho* do Partido Comunista do Brasil, com o título (lê) “*Mídia quer o Parlamento de joelhos*”

A guerra intermitente dos grandes órgãos de comunicação contra o Congresso Nacional transformou-se em uma ofensiva de terra arrasada a partir de fevereiro. Apresenta-se ao público um teatro de sombras onde os personagens se sucedem vertiginosamente, ora o deputado 'que se lixa', ora o 'do castelo. Os escândalos em si não interessam. Importa vender uma imagem nauseabunda do Parlamento, até deixá-lo de joelhos.

A ofensiva é facilitada porque muitos dos escândalos são reais, e de fato repugnantes. Porém é a mídia hegemônica e não o Congresso a vilã dessa trama.”

E aqui o editorial do *Vermelho* faz um comentário sobre o papel da grande mídia na nossa sociedade, ressaltando que ela defende os interesses dos seus donos e, portanto, não existe absolutamente nada de imparcial no que divulga. Aí vem a discussão da democratização dos meios de comunicação. Nesse sentido, quero ressaltar que considero, eu particularmente, muito importantes as *TVs Assembleias*, *TV Senado*, *TV Câmara*. São muito importantes essas televisões, porque através delas observamos a expressão do real, a verdadeira correlação de forças. E é preciso cada vez mais estimular a televisão pública, as *TVs Assembleias*, porque aqui é retratada a realidade, aqui existem os diversos pontos de vista, os diversos projetos, as diversas concepções que são expressas de forma objetiva, concreta, aqui nesta tribuna desta Casa.

Considero muito importante a *TV Assembleia*. Naturalmente, será uma TV canal aberto dentro de pouco tempo, já é um avanço muito grande termos em canal fechado e também a transmissão através da Internet, pois, em qualquer lugar do mundo, as pessoas podem ouvir os debates, assistir às votações de projetos e o que está acontecendo na Assembleia Legislativa da Bahia. As pessoas podem acompanhar também o que acontece no Congresso Nacional, nos tribunais, no Senado e isso considero um avanço, porém insuficiente. Portanto é preciso caminhar para democratização dos meios de comunicação, porque a sociedade precisa ter a notícia correta, a sociedade tem o direito de ser bem informada, tem o direito de receber a informação de forma correta, e não de forma distorcida.

Por isso acho importante inserir nos Anais desta Casa esse editorial do *Portal Vermelho*, um dos principais portais do Brasil, um portal que leva notícia, que divulga efetivamente os fatos como acontecem. E evidentemente é um portal que tem lado, está do lado dos trabalhadores, do lado da sociedade, do lado da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Concluindo, quero dizer que é importante cada vez mais democratizar os meios de comunicação, porque a sociedade tem o direito de receber as informações.

1.(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Líder da Minoria, Heraldo Rocha, por 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, companheiros das Galerias que nos honram com suas visitas, Srs. Deputados, acabo de receber uma correspondência do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Sr. Carlos Martins Marques de Santana, que passo a ler:

(Lê) *“A crise que atingiu o sistema financeiro internacional em 2008 e ainda perdura, atingiu a economia baiana de forma drástica devido à sua matriz econômica, cujos principais contribuintes são a indústria petroquímica, a energia elétrica e as telecomunicações. Como efeito da crise os preços da nafta e do barril de petróleo despencaram, gerando queda na produção e , conseqüentemente, redução na arrecadação. A queda da produção da indústria petroquímica provocou redução da demanda por energia elétrica, puxando consigo a arrecadação desse*

importante segmento. Por outro lado, o segundo maior componente da receita estadual, o Fundo de Participação dos Estados – FPE, também apresentou comportamento decrescente devido à utilização do IPI, que é umas das fontes do FPE, como instrumento de política de renúncia fiscal do governo federal, de caráter anticíclico.

Sob a ótica das despesas há que se analisar seu comportamento sob o ponto de vista da continuidade da oferta dos serviços essenciais e da manutenção.

Em 2008 os investimentos do Estado atingiram o montante de R\$ 1,217 bilhão. É sabido que o aumento dos investimentos traz consigo aumento nos gastos com manutenção. Por exemplo, a construção de um hospital traz consigo a necessidade de equipar, contratar pessoal, etc.

Nesse cenário”(...) - palavras da carta que recebi do Exmº Sr. Secretário da Fazenda, tenho a impressão que ele está saindo, porque quem está falando pelo governo é o deputado federal Walter Pinheiro, - “ de redução de receitas e de despesas crescentes, o governo sentiu a necessidade de traçar uma política mais austera”(…), - quer dizer, antes não era austera, a partir da crise se tornou austera, -“(…)na definição das prioridades das despesas, ao tempo em que buscava novas fontes de financiamento.(…)” - Não é financiamento, é empréstimo. Ele está tomando dinheiro aos bancos, inclusive ao BNDES, para pagar juros e taxas.

E aí o Sr. Secretário, deputado Waldenor, como diz V.Exª, o nosso governo, está falido.

“Isto posto, Sr. Deputado, é de esperar que haja algum desequilíbrio (...)” - palavras do Sr. Secretário, - “(…)no cumprimento dos prazos contratuais. Como pode ser visto, ele se deve exclusivamente à crise que afeta a arrecadação mas que medidas tempestivas tem sido tomadas para garantir os pagamentos. Cabe lembrar que, a partir de 2007 e antes da crise econômica, o Estado manteve seus pagamentos rigorosamente em dia, honrando todos os compromissos assumidos. ”

“Tão logo”(…) - Sr. Presidente, cuidado com o orçamento!, - (...)“seja possível, e espera-se que seja com a maior brevidade, será retomada a tempestividade.”

Não dá tempo, a nossa assessoria de orçamento fez uma análise sobre a arrecadação do Estado, só vou colocar isso, Sr. Presidente, rapidamente, porque meu tempo já se encerra e terei tempo hoje, porque nós vamos obstruir até muito mais tarde esta sessão, porque não vamos votar por acordo mais de um projeto nesta Casa enquanto(...)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:-(...) a Bancada da base aliada não cumprir os compromissos assumidos com a Bancada da Oposição. É um alerta que faço à Mesa, e não vamos mais, mesmo quando V.Exª solicitar, V.Exª por diversas vezes tem sido atendido, mas infelizmente, Sr. Presidente, mesmo quando V.Exª solicitar, nós não faremos acordo porque o governo não cumpre.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª sempre generoso, deputado, obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, as coisas são muito estranhas neste governo. Temos aí uma ordem de contenção de despesas, mas que a Secretaria de Administração alardeia a todo momento esse controle nas despesas, mas vou citar um exemplo muito estranho, deputado Heraldo Rocha.

A empresa Politec – Tecnologia da Informação –, empresa essa que em Brasília está envolvida na operação Mestrin da Polícia Federal, por processos fraudulentos em concorrência, e essa empresa, recomendada por um secretário do governador Wagner, recebe contratos no mínimo suspeitos. Essa empresa já presta serviços à Prodeb, à Embasa, à Sefaz e ao Detran. Oh, governo que gosta de uma dispensa de licitação! Na Sefaz, por exemplo, houve dispensa de licitação para prestação de serviços especializados de informática no valor de um milhão e quatrocentos mil reais. E quem recebeu esse serviço? A Politec – Tecnologia da Informação.

No Detran, aí o caso é mais escabroso. No Detran o edital não pedia experiência das empresas em serviços prestados a departamento de trânsito; não pedia conhecimento da empresa em Renavam e em Renac; o perfil dos profissionais não condiz com a necessidade real do órgão. Esse mesmo contrato era prestado, no ano passado, ao Detran por 80 mil reais, passou para 250 mil reais/mês.

Dr. Manoel Vitória, gostaria que V.Ex^a, secretário de Administração, que cuida da contenção de despesas no Estado, explicasse a razão dessa tal Politec receber tanta proteção do governo Wagner. Por que no Detran, nesse contato com a Politec, há uma previsão de consultoria técnica de 25 mil reais por mês, mostrando ou sinalizando que há interesses por trás desses contratos.

A Politec hoje domina a Embasa, o Detran, a Sefaz e o Prodeb. Há dispensa de licitação na Sefaz para esse contrato de um milhão e 400 mil reais, e no Detran o contrato passou de 80 mil reais por mês para 250 mil. Tem interferência de secretários nesse contrato. Um milhão e 400 mil, a dispensa foi para 6 meses, e no Detran é por mês, saltou de 80 mil reais, deputado Waldenor, para 250 mil reais. Tenho certeza absoluta de que isso não é do conhecimento do governador, o qual precisa chamar o secretário de Administração para explicar por que essa tal Politec tem todos esses privilégios, uma empresa de fora, de Goiás, envolvida em operações da Polícia Federal e que tem um secretário como padrinho.

E o secretário Manoel Vitória tem a obrigação de explicar à sociedade baiana e aos deputados, em particular, o porquê dessa proteção à Politec.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o futuro presidente da Unale, deputado Clóvis Ferraz. (Pausa) Com a palavra o deputado Luiz de Deus.

(Pausa) Desistiu? Tendo em vista que o deputado Luiz de Deus cede para o próximo, com a palavra o nobre deputado Yulo Oiticica. (Pausa) Com a palavra o deputado Isaac Cunha. (Pausa) Desistiu também? Com a palavra o deputado Misael Neto. (Pausa)

Com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma tarde de terça-feira, obrigada a votar um projeto como o do Funprev, a Bancada do governo tem que ficar silente, porque é indefensável vir aqui assistir ao governo tirar o direito dos trabalhadores. É indefensável assistir ao governo fazer a política de terra arrasada que quebrou o Estado, devendo a Deus e a todo mundo.

É por isso que fico satisfeito, deputado Sandro Régis, meu caro deputado Pedro Alcântara, depois de pela manhã ter assistido e participado de uma reunião do nosso partido, partido da República, de marcha firme e independente, rumo à oposição neste Estado e fazer uma grande aliança para salvar a Bahia, uma aliança que, tenho plena convicção, deputado Sandro Régis, unirá o ex-governador Paulo Souto, unirá o ministro Geddel Vieira Lima, unirá o senador César Borges, prócer do PR e melhor senador do Brasil.

O senador César Borges tem tido uma atuação destacada no Senado Federal, que o faz merecer estar sempre no carinho do povo baiano. Hoje eu tive, deputada Eliana, o prazer de encaminhar uma série de empresários baianos, que se reuniram, junto com o presidente Marcelo Nilo, na Associação Brasileira dos Maiores Consumidores de Energia, que foram ao governador Wagner para mostrar que eles tinham um contrato de fornecimento de energia com a CHESF e que consumiu 50% do total de energia vendido pela CHESF.

Esse contrato venceria em 2010 e ninguém teria mais segurança de conseguir comprar energia no mercado baiano, no mercado da CHESF, deputado Gildásio Penedo, sem que tivesse o impacto muito forte no orçamento das empresas. Uma dessas empresas tem um irmão do deputado Luiz de Deus como presidente, a Ferbasa.

O governador disse que ia falar com a ministra Dilma Rousseff, com o ministro das Minas e Energia, e o resultado é que o governador Wagner, como tem feito sempre quando tem que defender os interesses do Estado, ficou calado, silente. Não fez nada para defender os interesses das empresas instaladas na Bahia, que representam 60% do PIB baiano.

Resultado: coube cair justamente pela sorte das empresas e do povo baiano uma relatoria de medida do setor energético na mão do senador César Borges, deputado Heraldo Borges. O senador César Borges conseguiu com a Casa Civil do governo federal colocar no seu texto, no seu relatório da medida provisória, uma medida que assegurou a renovação por mais de cinco anos desse contrato, garantindo, portanto, o fornecimento de energia da Chesf ao preço já pré-estabelecido por mais cinco anos, para que essas empresas continuem a funcionar sem nenhum obstáculo na Bahia.

É esse tipo de trabalho, somado ao trabalho da defesa dos vereadores do Brasil,

que tiveram as suas vagas diminuídas, que credenciam o senador César Borges, presidente do nosso partido, a renovar com facilidade o seu mandato por mais oito anos. E eu fico plenamente satisfeito em ver que, por decisão unânime da Bancada estadual, federal e do senador César Borges, que preside o nosso partido – reconheço que em diversos momentos tivemos situações antagônicas, deputado Heraldo Rocha –, em muito breve deputado Heraldo Rocha, priorizando a eleição do senador César Borges, o nosso partido caminha para fazer uma grande aliança que vai envolver os Democratas, o PSDB da Bahia, que já se posicionou contra o atual governador e contra o presidente Lula, também, se Deus quiser, com o PMDB, este grande partido. Em muito breve espaço de tempo faremos juntos uma grande aliança para salvar o Estado da Bahia da falência, da bancarrota em que se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson, mais uma vez subo a esta tribuna para me manifestar sobre as propagandas do governo do Estado.

A Bahia vive uma das maiores crises na área da Educação. Não existem professores, quando há professores as escolas não oferecem condições - não há a mínima condição física para se darem aulas aos alunos - e o governo lança a propaganda, deputado Gaban, da compra de 22 mil monitores como se a educação da Bahia fosse de Primeiro Mundo. Mais uma vez se comprova que este governo pensa que todos os baianos são burros, idiotas, ou acredita que a mentira, que a enganação vão lhe manter no poder por muito tempo. Isso não é possível! Se você vai ao interior ou se você visita a rede estadual, deputado Heraldo Rocha, na capital, a exemplo da escola Manoel Devoto, não existe aula, não existe educação, não existe estrutura física. E o governo lança uma propaganda como se a educação, deputado Gaban, fosse a melhor educação do nosso País. O governo comprou 22 mil monitores e diz: “Agora educação tem.” Qual é a educação que este governo está oferecendo à rede pública do nosso Estado? Desafio qualquer que seja o deputado da base governista dizer ou afirmar que a educação do Estado vai bem obrigado. Desafio, deputado Gaban, qualquer deputado do governo subir a esta tribuna para elogiar a educação do Estado. É uma educação que não tem professores - eles são poucos -, as escolas estão sucateadas, existe criminalidade dentro das salas de aula, alunos e professores são assaltados, alunas estupradas, os professores têm medo de dar aula, e o governo lança uma propaganda dizendo que a educação agora tem 22 mil monitores como se a educação fosse a melhor coisa do nosso Estado.

(O Sr. Paulo Câmara se manifesta fora do microfone.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Realmente, deputado Paulo Câmara, deve ter melhorado para V.Ex^a que está na base do governo, mas para o povo não há melhora nenhuma. O povo está sofrendo, deputado Paulo Câmara, com a educação deste

governo que aí está. Em muitas escolas ainda não têm aula de Física, de Matemática, de Química por falta de professores, deputado Gaban. E com esses monitores...! Se é que existem, não é? Uma coisa é a propaganda do Estado, outra coisa é a realidade do Estado. O que a propaganda do governo diz não reflete nem o governo nem a realidade dos baianos.

Este governo prova que se baseia ainda no discurso político. O governo quer convencer os baianos e a Bahia, deputado João Carlos Bacelar, com discursos políticos. É um

governo que não tem ação na educação, que não tem ação na segurança pública, que não tem ação na saúde, mas governo muito bom de discurso, governo muito bom de propaganda. Ao invés dos monitores, deveriam contratar professores, deveriam consertar as escolas com obras físicas, deveriam dar segurança aos alunos e professores.

Em termos de propaganda o governo vai muito bem, deputado Bira Corôa, mas precisa transformar essa propaganda em realidade, porque o povo da Bahia já cansou e o povo da Bahia será sábio em dizer não a esse governo PT que não cumpre nada que promete, que enrola, que mente para os baianos e para a sociedade.

E, para finalizar, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar hoje o senador César Borges pela reunião de nosso partido que caminha, deputado Gildásio Penedo, na sua totalidade, em termos de direção partidária, para uma grande aliança para salvar a Bahia desse governo incompetente que nada trouxe para o nosso Estado e para a nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes nas Galerias Paulo Jackson, na condição de Líder do governo estou fazendo um esforço sobre humano junto ao deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, e conversarei em seguida também com o deputado Pedro Alcântara para nós dispensarmos as formalidades de um importante projeto que tramita nesta Casa.

Trata-se de um projeto de anistia de vários servidores públicos do nosso Estado, agentes penitenciários que no ano de 1992 foram afastados das suas atividades. Nessa oportunidade, o nosso governo está reparando, na verdade, um equívoco, uma injustiça cometida contra esses servidores públicos. São poucos servidores, são oito agentes penitenciários que se encontram aqui presentes.

Estamos, de forma ponderada, apresentando os argumentos ao deputado Heraldo Rocha, o faremos também ao deputado Pedro Alcântara, em seguida, na perspectiva de dispensarmos as formalidades, pois trata-se de servidores que há 17 anos estão afastados das suas funções na administração pública do nosso Estado. São apenas oito servidores que serão reincorporados às suas atividades.

Há um reconhecimento do próprio deputado Heraldo Rocha, conversei há pouco quanto à possibilidade da dispensa dessas formalidades. Estamos vivendo um novo tempo de paz, o limiar de um novo tempo de republicanismo, de reconciliação das relações entre os servidores e o Poder Executivo.

E, por isso, queria aqui, da tribuna, na presença dos servidores agentes penitenciários, que hoje acompanham esta sessão nas Galerias Paulo Jackson que pudessem contar com o apoio tanto do deputado Heraldo Rocha quanto do deputado Pedro Alcântara na perspectiva de nós dispensarmos as formalidades e votarmos ainda hoje este projeto que repara uma injustiça cometida contra oito servidores públicos de nosso Estado que há 17 anos se encontram fora de suas atividades funcionais.

Naturalmente, para cada um deles, esta reincorporação representa, sem dúvida nenhuma, uma reparação histórica do nosso governo e a oportunidade de reincorporação ao trabalho com geração de renda para suas famílias e melhoria da qualidade de vida das famílias desses companheiros e companheiras que, infelizmente, por atos equivocados de governos anteriores, naquela oportunidade, tiveram de ser afastados das suas atribuições, das suas responsabilidades e das suas tarefas junto à Secretaria de Justiça de nosso Estado.

Portanto, eu queria conclamar, convidar e apelar de forma humanitária inclusive aos deputados Heraldo Rocha e Pedro Alcântara para que possamos dispensar as formalidades e, ainda hoje, votarmos este projeto de interesses de oito servidores – mulheres e homens – agentes penitenciários da Secretaria de Justiça que se encontram aqui nas Galerias Paulo Jackson que estão, naturalmente, ansiosos esperando a possibilidade de sua reincorporação.

O governo Jaques Wagner está viabilizando, através deste projeto de lei, que, em nossa avaliação, além de representar um ganho extraordinário para os envolvidos, ou seja, para os servidores prejudicados neste longo período, que possa representar, também, para o nosso governo, para a relação entre as Bancadas de Situação e de Oposição nesta Casa um gesto de reconciliação e de solidariedade com esses servidores que, através deste projeto de lei, serão reincorporados à Administração Pública do Estado da Bahia.

Por isso, eu aguardo logo mais e tenho certeza de que, positivamente, este gesto de solidariedade de reconciliação e de justiça. Peço aos deputados Heraldo Rocha e Pedro Alcântara para que nós possamos votar ainda hoje este projeto de interesse dos agentes penitenciários presentes aqui nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTE (Eliana Boaventura):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre deputado inscrito, Carlos Gaban, pelo tempo de até 25 minutos.

Antes, porém, gostaria de convidar a nobre deputada Maria Luiza Laudano para assumir a Presidência da Mesa.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, em pauta para a votação, mais uma vez, aqui na Assembleia, o Projeto de Lei nº 17.940/2009 encaminhado pelo Exm^o Sr. Governador que pretende utilizar recursos que não lhe pertencem, recursos criados para, num prazo de 10 anos, dar uma estabilidade ao Funprev. Este projeto, deputado Heraldo Rocha, dará garantia ao projeto anterior para que, num período de 10 anos, quando se faz um aporte de 2% ao mês, os funcionários públicos do Estado da Bahia que pertencem ao Funprev que tem as contas totalmente defasadas que, quando da sua criação, o governador Paulo Souto, à época, parte do recurso da venda da Coelba fez um aporte para dar estabilidade e uma garantia aos funcionários públicos para que quando se aposentassem tivessem a garantia do pagamento.

Este é um plano de previdência deficitário. Tanto isso é verdade que, em 2007, o governador Jaques Wagner aportou recursos da ordem de 450 milhões para contrabalançar e equilibrar as finanças do Funprev. Em 2008, esse valor já ultrapassou a marca dos 550 milhões com expectativa para o ano de 2009 de ser obrigado a colocar um aporte em torno de 650 milhões para que se tenha equilíbrio nas contas do Funprev e possa pagar as suas obrigações dando a garantia do benefício da aposentadoria àqueles servidores tanto do Legislativo, do Judiciário como do Executivo que, depois de 35 anos de serviços prestados, tiveram direito à sua aposentadoria.

Mas este projeto, deputado Waldenor Pereira, começa, na realidade, com a vinda, a meu ver, do secretário Carlos Martins a esta Casa. Ele houvera dito, no final de 2008, numa entrevista coletiva que deu a toda a imprensa, a qual deixou a Bahia eufórica e a todos nós que gostamos dela extremamente satisfeitos, que o nosso Estado tinha R\$ 1 bilhão em caixa. Esse número surpreendeu a todos e deixou a Bahia na expectativa de que, finalmente, em 2009, iríamos, com recursos do Tesouro do Estado, ter um plano de investimento jamais visto nos últimos anos.

Mas a surpresa começou quando chegou a esta Casa o secretário Carlos Martins, numa audiência pública, como determina a Constituição do nosso Estado, para fazer a prestação de contas do governo referente ao último quadrimestre de 2008.

Quando questionado por mim – que dizia que ele, na realidade, tinha arredondado o valor apresentado para R\$ 1 bilhão, porque o valor correto seria R\$ 922.550.000,00 – se confirmava que o Estado tinha aquele dinheiro ou se era um orçamento, um balancete maquiado, o secretário me indagou o que eu entendia por um balancete maquiado. Respondi-lhe que maquiado seria se ele tivesse utilizado, desse R\$ 1 bilhão divulgado, recursos de convênios que não pertencem naturalmente ao governo do Estado, a exemplo de recursos do Funprev, da Saúde e da Educação.

Para minha surpresa, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia confirmou que o balanço que havia apresentado era falacioso, mapeado apenas para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, fiz-lhe o segundo questionamento: se ele confirmava que aqueles R\$ 220 milhões, deputado Gildásio Penedo, eram de empenhos já liquidados que ele havia cancelado. Para surpresa, não só minha, mas também de todos os presentes, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia, não foi uma pessoa qualquer, afirmou que era verdade que havia cancelado empenhos já liquidados e que essa era uma medida normal. Contestei-o dizendo que era normal cancelar empenhos, mas nunca empenhos já liquidados.

Mas, devido à insistência do secretário de tal cancelamento era uma medida normal, fiz-lhe o questionamento de como é que iriam proceder, deputado J. Carlos, os secretários da Fazenda que tiverem empenhos já liquidados para responder ao Tribunal de Contas do Estado e ter suas contas aprovadas, se o dinheiro já havia saído do Estado, da secretaria e ele cancelou tais empenhos?

A partir daí, o secretário se recusou a responder a qualquer pergunta feita por mim, e eu tinha mais 20 perguntas a fazer-lhe e já tinha lido todas.

Não me coube outra opção: enviei um ofício, ao qual anexei uma cópia do CD que continham as afirmativas do secretário da Fazenda do Estado, ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, Manoel Castro, solicitando-lhe uma auditoria especial nas contas do Estado e fui informado por ele de que essa iniciativa deveria ser da Comissão de Finanças e Orçamento, e não de um membro titular dela.

Fiz então um requerimento ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento de nossa Assembleia para que o submetesse à apreciação dos demais membros daquela comissão para que, cumprindo o que determina a Constituição do nosso Estado, o Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar da Assembleia Legislativa da Bahia, fizesse uma auditoria especial nas contas do governo do Estado do último quadrimestre de 2008, tendo em vista as declarações do secretário da Fazenda. Esse requerimento foi aprovado pelos membros daquele colegiado e encaminhado ao TCE.

Por que eu digo, deputado Paulo Câmera, que o governo quer, com esse projeto nº 17.940, pegar o dinheiro – que não lhe pertence, na medida em que é dos funcionários dos três Poderes constituídos do nosso Estado, não só dos que ainda estão trabalhando, mas, sobretudo, aos aposentados – que daria a garantia de estabilidade ao Funprev? Afirmo isso porque o governo do Estado, relembro coisas ruins que existiram no nosso País, me fez lembrar do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que confiscou um dinheiro que não lhe pertencia. Pertencia, sim, ao povo brasileiro, que o guardava na Caderneta de Poupança.

E agora o governo Jaques Wagner, infelizmente, aproveita uma experiência ruim do passado e quer se apoderar de um dinheiro que o sistema previdenciário do servidor público acumulou.

Esses recursos foram acumulados a partir de um projeto enviado pelo governador a esta Casa, nº 19.955, que foi aprovado em 21 de dezembro de 2007, criando o Baprev para os funcionários que ingressassem no Estado da Bahia a partir daquela data. Ou seja, estes têm uma previdência diferenciada dos que são vinculados ao Funprev e, assim, vão se aposentar com uma pensão proporcional ao que

contribuíram. Um sistema previdenciário semelhante ao que temos aqui na Assembleia Legislativa, ao do Banco do Brasil, do Bradesco e de muitos outros.

Os que já eram servidores dos três Poderes não poderiam entrar no Baprev porque já tinham o direito adquirido pelo Funprev. Então criou-se uma poupança, com 2% a mais de contribuição do governo do Estado da Bahia. Iniciativa meritória! Temos de aplaudir essa decisão daquela época.

Agora, depois de 1 ano 3 meses, já provamos que essa poupança, que gira em torno de R\$ 70 milhões, daria a garantia, repito, de equilíbrio das contas do Funprev. E o que quero dizer com equilíbrio das contas do Funprev? Que os atuais funcionários públicos terão dinheiro na conta do sistema previdenciário estadual para custear a aposentadoria deles, assim como o Estado vai continuar pagando àqueles que já estão aposentados.

Aí vem o governo com um projeto dessa natureza e retira o que deu! Será que é correto você dar um presente e depois tomá-lo de volta, como se fosse uma atitude infantil? “Briguei com você e agora quero o presente que lhe dei”. Ninguém pediu esse o presente; ele foi dado porque era necessário.

Faço parte do Conselho de Previdência do Estado da Bahia representando o Poder Legislativo. Essa “caderneta de poupança” – vamos chamá-la assim porque foi a Caderneta de Poupança que Fernando Collor surrupiou – foi criada para dar essa garantia. Mas agora o governo Wagner, copiando Collor, faz a mesma coisa com o dinheiro dos servidores públicos.

Queria dar uma estabilidade às contas do Funprev no futuro, mas agora ele pega esse dinheiro. Será que é justo? Quem é que pediu para receber o presente?

Foi uma empresa de consultoria contratada pelo Conprev que mostrou a necessidade de ter um aporte financeiro mensal maior do que o estipulado em lei para dar essa estabilidade futura. Dá o picolé e, na hora em que a criança que a criança vai morder, o governo puxa e a deixa de boca vazia.

Eu até entenderia se tivesse tomado essa providência, se fossem consultados os servidores públicos do Estado da Bahia numa audiência pública aberta, transparente, aqui nesta Casa. Não posso concordar com isso e, já por duas semanas, conseguimos derrubar esse projeto, porque ele não pertence a mim, a nenhum dos 63 parlamentares, ele também não pertence aos funcionários públicos, é muito mais abrangente. Ele pertence aos familiares dos servidores públicos, que correm o risco, no futuro, depois de exaustivos anos de serviço prestado, de não terem a garantia da sua aposentadoria por falta de recursos.

Não se pode brincar com o futuro dos outros. Não nos é permitido mexer num dinheiro que não nos pertence. Por isso, eu até louvo... Apresentei 3 emendas, uma das quais parece que foi acatada, e seria pior ainda se não fosse, mataria de vez o funcionário público, porque, conforme o projeto original, a mensagem original encaminhada pelo Exmº Sr. Governador, e essa emenda que foi acatada, retira todo o art. 2º. São dois artigos nesse projeto; retiraria o art. 2º, porque este artigo, deputado Luiz de Deus, revogaria vários incisos da lei que nós aprovamos. Dentre esses vários incisos, ele acabaria de vez com a garantia dos servidores públicos porque não

permitiria que fossem feitos aportes financeiros decorrentes de dotação orçamentária.

Tenho ouvido alguns poucos pronunciamentos dizendo que dotação orçamentária é só para despesa. Os gastos com os servidores públicos do Estado da Bahia, que trabalharam para ter sua aposentadoria, são gastos também que estão previstos nas dotações orçamentárias específicas que nós aprovamos aqui, quando aprovamos o Orçamento do Estado da Bahia. O governo queria, num primeiro momento, e eu até não entendia como é que um partido que sempre dizia que defendia os funcionários públicos do Estado da Bahia, cujos membros fizeram suas carreiras políticas, a maioria deles, em cima dos servidores públicos, tirar o direito à aposentadoria, o que é esse projeto na integralidade. Permitiria que o próprio governo Wagner, deputado Javier Alfaya, que, em 2007, teve que fazer um aporte de 450 milhões para equilibrar as contas, no ano de 2008 foram mais de 550 milhões e estão previstos em 2009 mais de 650 milhões...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- (...) Se ele colocou, o próprio governo Wagner, porque ele não tem outra alternativa, como não teve alternativa, por exemplo, o governador Paulo Souto, que colocou dinheiro, grande parte da venda da Coelba para dar esse fundo de garantia, vamos assim chamar o fundo de previdência, aos funcionários públicos do Estado da Bahia.

Esse é um dos incisos dessa emenda que fiz que acataram e vão retirar. A outra é tão grave como essa que hoje o fundo de previdência do Estado, na sua totalidade, tem algo em torno de 5 bilhões e 100 milhões de reais. Iria esse projeto retirar, deputado Paulo Câmara, os rendimentos, minha querida presidente Maria Luiza, desses 5 bilhões mensalmente.

O governo fez aportes em 2007 e 2008, mas não faria em 2009, para quando está previsto o aporte no valor de R\$ 650 milhões. O governo retiraria o rendimento dos R\$ 5 bilhões que lá está e descapitalizaria de uma vez por todas o serviço previdenciário do Estado da Bahia, gerando sua quebra.

Onde estão estão aqueles sindicatos que aqui vinham?

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Darei o aparte a V.Ex^a com o maior prazer depois de conceder o aparte aos deputados Gildásio Penedo e Heraldo Rocha.

Cadê as Galerias cheias? Qual é o compromisso dos atuais presidentes de sindicatos, que não representam as categorias, para o que foram eleitos? Não vi ninguém vir aqui reivindicar! O que está acontecendo nos bastidores que os presidentes dos sindicatos, deputado Javier,...

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concederei o aparte, sim.

(...) estão em silêncio? Esse silêncio incomoda! Com exceção do IAF, não vi ninguém se manifestar. Cadê as Galerias cheias pelo Sindsefaz?

Mas o Sindsefaz veio aqui para defender um projeto inconstitucional! Entramos com um processo em Brasília e vamos ganhar! O Estado já foi notificado, deputado Heraldo Rocha, para, no prazo de 10 dias, prestar os esclarecimentos. A Assembleia

Legislativa do Estado da Bahia já foi notificada pelo Supremo Tribunal Federal para também prestar os esclarecimentos a respeito desse projeto inconstitucional. Vamos ganhar em Brasília!

O Sindsefaz foi tão competente, ficou na Casa e foi muito bem recebido, para defender causa local, só dele, só desse segmento, para que tivesse tratamento diferenciado. Assim como V.Ex^{as}, deputados Álvaro Gomes e Javier Alfaya, aqui defenderam a aprovação de um projeto inconstitucional só para beneficiar os agentes de tributos. Outros servidores do Estado que entraram para o serviço público em funções subalternas e, com sacrifício, conseguiram ter um diploma de nível superior não foram beneficiados, só os agentes de tributos, que fazem parte do PCdoB do Estado da Bahia. Para eles, pode; para os outros, não!

Vou conceder, inicialmente, o aparte ao deputado Gildásio Penedo. Depois, aos deputados Heraldo Rocha e Javier Alfaya.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Gaban, quero, primeiramente, parabenizar V.Ex^a pela abordagem desse tema que chama a atenção desta Casa, o projeto de lei proposto pelo Executivo, que pretende utilizar os recursos provenientes de uma conta específica, capitalizada desde janeiro de 2008, cujo propósito é equilibrar as contas do Funprev.

O governo Jaques Wagner, no primeiro momento de dificuldade financeira que atravessa, lança mão desses recursos, cerca de R\$ 70 milhões. Sabemos que esse dinheiro, conforme o próprio projeto especifica, será utilizado para o pagamento previdenciário, mas, evidentemente, deixa clara a intenção do governo de não aportar novos recursos ao fundo, o que, efetivamente, vai comprometer ainda mais o equilíbrio atuarial e financeiro desse fundo.

Mesmo com essa crise, entendemos que o governo pode utilizar outras receitas, deputado Gaban, e não mexer nos recursos do Funprev – e a Oposição, inclusive, chegou a sugerir algumas propostas. Uma das soluções seria a utilização das reservas de contingência, uma rubrica prevista no Orçamento de 2009, no valor aproximado de R\$ 30 milhões – recursos que poderiam ser remanejados numa eventualidade ou dificuldade como a que se avizinha nesse momento.

Mas o governo esquece o discurso, lança mão desses recursos e, lamentavelmente, mesmo com os apelos que a Bancada da Oposição tem-se dedicado a fazer, insiste na votação dessa matéria. Nós esperamos que até à noite possamos reverter essa grave situação. Se a crise existe, por mais que o governo tente minimizar essa realidade, a situação é dramática, nós vimos por uma sequência de posicionamentos do governo desde o envio do projeto pedindo autorização para contrair empréstimo ao BNDES de 375 milhões... Aliás, a juros exorbitantes, deputado Carlos Gaban.

A proposta original tem como objetivo a contratação, deputado Zé Neto, de juros da TJLP, mais 3%. São juros, no verdadeiro jargão popular, de quem está quebrado e quer lançar mão de recursos. Três por cento, mais TJLP dá, deputado João Carlos Bacelar, uma demonstração da gravidade que a crise chega ao momento baiano, deputado Heraldo Rocha. Sujeitar-se a essa taxa e ainda vem se falar de

que o governo federal está sendo benevolente com a Bahia.

Está, na verdade, criando um verdadeiro arrocho, deputado Heraldo Rocha, e dá uma demonstração daquele sujeito que está no limiar da dificuldade financeira e se sujeita a qualquer tipo de empréstimo, porque 3% mais TJLP são juros extremamente significativos para um Estado, que vive uma situação delicada, deputado Paulo Câmara, que neste momento nos ouve com atenção, sabe do que falo. É a demonstração do sacrifício que o governo está se colocando neste momento.

E o pior, apresenta um projeto sem detalhamento, sem garantias reais de onde será investido. Já se fala que esse dinheiro vai ser revertido para pagamento de folha de pessoal, quando no projeto fala em obra de infraestrutura. É importante, deputado Javier Alfaya, V.Ex^a que sempre primou pela transparência, pela boa técnica legislativa, que a Casa tenha conhecimentos reais de quais são as verdadeiras intensões do governo em relação a esse projeto.

A Oposição não se furtará a colaborar, como tem sido o seu papel nesta Casa. Agora, efetivamente da forma como está se portando, há muitas dificuldades, até porque, deputado Gaban, há ainda um vício de ordem constitucional, que é a inclusão de outras comissões que historicamente não eram apreciadas nessa matéria, como é o caso da Comissão de Infraestrutura que, historicamente, todos os projetos relacionados a empréstimos, sejam eles nacionais ou internacionais, sempre tiveram como único fórum de discussão a comissão de Finanças, Fiscalização e Controle, inclusive no governo Jaques Wagner.

Portanto, deputado Javier, é importante que a gente tenha tranquilidade, maturidade, a Oposição não se furtará mais uma vez em colaborar com o governo. Agora, efetivamente, de forma que possa ter a compreensão exata das verdadeiras intensões do governo em relação a essa matéria, Sr. Deputado Gaban.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. GABAN:- Quero agradecer e incorporar o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento. Finalizo, Sr^a Presidenta, lamentando. Estava aqui, deputado Gildásio, uma solicitação de empréstimo de 385 milhões, sem saber para onde vai esse dinheiro.

O governador Jaques Wagner anunciou na semana passada que conseguiu no encontro dos governadores do Nordeste, mais cento e oitenta e tantos milhões para a Bahia. Tem aí o fundo de reserva de contingência que é para essa utilização. Mas não, ele prefere voltar à época de Fernando Collor, depois de ter ressuscitado Fernando Collor lá em Brasília, dando-lhe a Presidência de uma das comissões mais importantes.

Agora, volta ao governo Collor confiscando o dinheiro que não pertence ao governo do Estado da Bahia. Este governo deu o dinheiro para dar uma estabilidade financeira aos futuros aposentados atuais, e agora tira, maldosamente, esse dinheiro da poupança. Teria outros recursos mas, enfim, vai pelo caminho mais fácil. Finalizando, Sr. Presidente, porque não faz uma anistia fiscal aqui no Estado? Tem muitas empresas que devem. Não defendo isso, mas já foi utilizado outras vezes, em crises, dá uma anistia fiscal para aquelas que nunca vão pagar. O Estado sabe que

tendo uma anistia desobrigando o pagamento de juros e correção para quem não pode pagar e cobre o rombo para pagamento da folha pagamento.

É isso que temos que lamentar. Espero que até o final desta tarde o bom senso prevaleça e possamos tirar esse projeto, mais uma vez, de pauta.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Horário das Representações Partidárias.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr^a Presidente, estamos discutindo agora à tarde graves problemas que afligem o Estado da Bahia. Eu e o deputado Heraldo Rocha tratamos da grave crise da educação e não estamos falando aqui teoricamente no discurso como o PT gosta de fazer, mas sim mostrando o caos da educação, o crime que o governo Wagner pratica contra a juventude baiana.

Relacionamos a situação do Colégio Estadual Manoel Devoto, que está em crise. Essa escola foi representativa, um ícone na educação da Bahia. O deputado Javier nessa época estava cuidando muito da educação de 3º grau, defendendo os interesses dos estudantes das universidades públicas, mas pode se lembrar da efervescência que no governo Luiz Viana essas escolas tinham na cidade do Salvador. Até a rivalidade entre elas...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado, formule sua questão de ordem, por favor.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Eu estou fundamentando a minha questão de ordem, deputada Maria Luiza. Sei que a pressa da senhora para que eu fundamente é porque não citei Pojuca. Também, com as escolas estaduais em crise, sei que a prefeita faz um esforço grande para que as municipais funcionem. Mas as estaduais lá não funcionam.

O Getúlio Vargas nesta capital está há mais de uma semana sem aulas porque falta água. Estou fundamentando, presidenta Maria Luiza. O Manoel Devoto é um exemplo de colégio onde todas as salas estão destruídas. Agora, os aparelhos de televisão estão todos bonitinhos na sala, mas não tem energia elétrica para ligá-los. Quero dizer, o Estado sabe, comprou aparelhos mais caros do que o Paraná. O mesmo aparelho de televisão do Paraná, o Estado da Bahia comprou mais caro, mas não funciona.

Talvez o presidente Lula, que tem aquele programa de incentivo à compra de geladeira e fogão, como o Sr. Wagner é muito amigo dele, queira ajudar. O governador quer ajudar também a indústria de eletroeletrônicos do Brasil e por isso está comprando televisão para colocar em escola que nem energia elétrica tem. O Getúlio Vargas não tem água.

Vou solicitar que V.Ex^a mande proceder a uma verificação de quorum para a continuidade da sessão para que tenhamos um número grande de deputados no

Plenário para discutir, da mesma forma que o deputado Gaban levantou a séria crise que passa o setor de administração financeira estadual.

A gente só pode votar e só faz acordo, deputado Waldenor, depois que o secretário Walter Pinheiro confirmar ou desmentir as declarações que deu a Samuel Celestino dizendo que esse dinheiro que está tomando emprestado no BNDES é para pagar salário de funcionário. Tenho 5 minutos, deputada Maria Luiza, para fundamentar a questão de ordem. Estou utilizando...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a já pediu verificação de quorum, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Mas estou justificando o que pedi. Não estou pedindo verificação de quorum apenas por pedir. É porque a Bancada do governo não vem à Assembleia. Precisa vir e participar das sessões para que a gente possa realizar o debate. Então, solicito a V.Ex^a verificação de quorum.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira, nosso Líder.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, em primeiro lugar queria parabenizar V.Ex^a, que tão bem conduz a sessão nesta tarde de hoje.

Deputada Maria Luiza Laudano, tendo em vista a iniciativa do deputado João Carlos Bacelar, que pelo visto não quer o debate, a discussão. Já é a terceira, se não me engano, solicitação de verificação de quorum formulada por ele.

Queria informar que a Bancada do governo está presente, vai apreciar, debater, discutir, votar, no dia de hoje, dois importantes projetos. Aliás, um importante projeto e o requerimento de urgência de outro.

Logo mais, gostaria até de pedir paciência aos presentes às Galerias Paulo Jackson, pois nós vamos ter um debate de qualidade. Vamos mostrar, com a devida paciência e ponderação, que os argumentos apresentados pelos deputados da Oposição, especialmente pelo depurado Carlos Gaban, não têm procedência, não se sustentam. Eles querem, com todo esforço, tentar caracterizar uma crise no sistema previdenciário que não existe.

Estão tentando ameaçar o sistema previdenciário baiano, quando, na verdade, nós vamos mostrar que o sistema previdenciário do nosso Estado começou a ter problema em outubro de 2001, quando não tinha 1 centavo de recurso no fundo previdenciário do Estado da Bahia. E é estranho que não tenha tido nenhum recurso em 2001, porque em dezembro de 1999 existia no fundo previdenciário da Bahia um saldo positivo de 1 bilhão e 63 milhões de reais. Em outubro de 2001, o dinheiro desapareceu, o recurso se esgotou, sumiu. Então, é isso que eles têm que explicar. Nós vamos conversar sobre isso.

O nosso governo está propondo a retirada de uma conta-poupança. É uma conta capitalizada que representa 3% apenas do orçamento da previdência para 2009. Vários deputados vão subir à tribuna para explicar, elucidar, esclarecer para a população baiana e para os presentes às Galerias que a intenção da Oposição não é outra senão criar confusão, tentar distorcer as informações, tentar passar para a sociedade alguma ameaça, algum perigo ao sistema previdenciário baiano, o qual não

existe e não procede.

Mas, Sr^a Presidente, considerando que houve uma solicitação de verificação de quorum, eu gostaria de convocar todos os colegas da Bancada do governo para se fazerem presentes ao Plenário, já que há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

Daqui a pouco, nós vamos até derrubar a sessão, porque nós temos sobre a mesa um requerimento, apresentado ao Plenário, para a convocação de uma sessão extraordinária. Mas, por enquanto, nós estamos convocando os colegas deputados e deputadas para se deslocarem até o Plenário desta Casa Legislativa, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

Quero até convidar os colegas, e se os colegas permanecerem no Plenário nós votaremos vota muito mais rapidamente. O Líder muitas vezes fica protelando a sessão para permitir que todos estejam presentes. Todos estando presentes, votaremos rapidamente, queimando os tempos, colocando o projeto na Ordem do Dia, e é melhor para todo mundo. Por isso, eu convoco a todos os presentes, bem como os deputados da Bancada da Situação, para se deslocarem imediatamente para o Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão. Nós necessitamos de 21 Srs. Deputados.

Por isso solicito de V.Ex^a fazer soar as campainhas e convidar a todos para se fazerem presentes para nós reconstituirmos o quorum de continuidade da presente sessão.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):-Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quorum formulado pelo deputado João Bacelar e reiterado pelo nosso Líder, Waldenor Pereira, para continuidade da presente sessão.

Solicito aos Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, que estão realmente em reuniões que venham, adentrem este Plenário porque existe um pedido de verificação de quorum para a continuidade da sessão.

Solicito que zerem o painel e marquem quinze minutos.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do querido deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Parabéns pela condução dos trabalhos, deputada Maria Luiza.

Enquanto corre o tempo necessário para a chegada dos nossos colegas deputadas e deputados, com a intenção de garantirmos a continuidade da sessão, tenho a honra de lhe dizer, deputada, que, do ponto de vista dos sindicatos do funcionalismo, a APLB Sindicato, que representa os professores e professoras da rede pública; o Sindsaúde, que representa os funcionários da área de saúde; o Sindmed, que representa os médicos; a Fetrab, que é a Federação dos Trabalhadores do Funcionalismo Público da Bahia - melhor dizendo, do Serviço Público do Estado da Bahia – e as demais associações de sindicatos não estão se manifestando contra o

projeto, e, inclusive, na virulência com que o deputado Gaban pleiteia, reivindica e se espanta em sua manifestação - ele expressa, melhor dizendo, de maneira espantada em seu discurso - porque os sindicatos têm absoluta confiança na gestão dos recursos da Previdência. Se os sindicatos estivessem contra o projeto do governo, certamente essas Galerias estariam cheias de professores e professoras, de funcionários da Secretaria da Fazenda convocados inclusive pelo IAF – que ele tanto cita em seu discurso – ou pelo Sindicato dos Fazendários, que é o Sindsefaz. Não estão aqui presentes, porque o sindicalismo do funcionalismo do Estado tem absoluta certeza de que o que está sendo proposto neste projeto é para poder atender demandas do próprio sistema previdenciário. Não é para desviar recursos de uma conta-poupança do Fundo de Previdência para outro tipo de gasto. O projeto de lei é bem claro: não se trata de utilizar esses recursos para infraestrutura nem para outros tipos de custeio, nem, muito menos, para se fazer licitação de obra ou qualquer coisa desse tipo. Se trata, sim, de usar esse dinheiro para a gestão do próprio sistema previdenciário, que garante o futuro depois da aposentadoria, ou as pensões, por qualquer razão, daqueles e daquelas que labutaram décadas no serviço público do do Estado da Bahia. Portanto, eu estou absolutamente tranquilo. Votarei a favor desta matéria. Minha relação com os sindicatos é conhecida, minha vinculação com a APLB - Sindicato é bastante...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Notória.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) notória, como disse o deputado Penedo, com a Federação dos Trabalhadores, com o Sindsaúde, com o Sindmed, com o Sindsefaz. E não há um sindicato sequer que esteja se manifestando contra este projeto. Mas os deputados democratas, do antigo PFL, têm se manifestado, inclusive invocando o sindicato, sendo que, no governo anterior, os sindicatos jamais eram recebidos para negociar matérias, como por exemplo, do Funprev. Nós já votamos matérias polêmicas do Funprev aqui, em torno das quais não houve sequer uma só negociação com os sindicatos.

Portanto, para acalmar os deputados democratas e esclarecer aos demais, inclusive, a imprensa: o movimento sindical do funcionalismo do Estado da Bahia não está se manifestando contra a matéria, porque confia nesta proposta e porque concorda com ela, até porque, deputada Laudano, no Conselho Estadual do Funprev, existe a representação sindical. Temos, pelo menos, três representações sindicais no conselho. E esses conselheiros não se manifestaram contra o projeto.

Então, o Funprev não é administrado à revelia dos sindicatos. Existe, no Conselho de Gestão do Funprev, a presença e a representação sindical. E essa representação sindical está a par deste projeto, porque ele passou por um debate interno no Funprev com seus gestores na Secretaria da Administração, que é quem cuida diretamente dessa área, e do Conselho do Funprev, que tem a representação sindical, deputado Gildásio Penedo.

Vejo até com bons olhos o interesse dos meus colegas, antigos deputados do PFL, agora interessados e sensibilizados pela atuação do sindicalismo. É uma pena que na época em que Paulo Souto era governador, por exemplo, os sindicatos não

fossem recebidos para negociar as matérias que lhes diziam respeito. Mas no nosso governo isso acontece, e uma matéria como essa passa pelo crivo do movimento sindical, que concorda com o assunto.

Muito obrigado pela tolerância de 15 segundos.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputada Laudano, se, porventura, houver necessidade de intercalar as questões de ordem entre um lado e outro, não há problema nenhum, abro mão da minha.

Aproveito este ensejo para registrar a presença da professora Rita e das demais mães da AMA, Associação de Mães dos Autistas. (Palmas) Alguns meninos também estão presentes. Gostaria de conclamar todos os colegas para que nos associemos, de alguma forma, para dar uma ajuda à manutenção dessa associação, que neste momento atravessa uma dificuldade financeira grave.

Creio que não exista nada mais sublime, importante e de maior devotamento de amor, uma coisa própria de mãe fazer. Então, quero cumprimentar a querida professora Rita, as demais mães e os servidores da AMA que aqui se encontram. E também os meninos e as meninas que recebem dessa instituição raras, muito raras atenções. Muitos deles não têm a oportunidade e a felicidade de ter o caminho para o alívio da sua dificuldade, do seu sofrimento.

Esta é a minha intenção: conclamar os colegas para que nós, unidos e coesos, possamos ajudar essa entidade de tamanha relevância social dentro do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Muito valioso o seu pleito, deputado. Espero que os colegas atendam a sua solicitação.

Já existe quorum.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, o deputado Paulo Câmara falará por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra, por 10 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr^a Presidenta, nobres colegas, vou abordar essa questão da Previdência, mas, antes, quero dizer ao meu amigo deputado Gildásio Penedo que a resolução 003716, em seu art. 1º, inciso XIII, refere-se ao empréstimo que o governo tomará do BNDES, no valor de R\$ 375 milhões. Alguns enganos, possivelmente jornalísticos, trouxeram a informação de que o secretário do Planejamento havia dito que esse dinheiro poderia ser gasto com pagamento de folha. E o próprio BNDES diz com clareza que a linha de crédito de que trata esse artigo

não poderá financiar despesas correntes, entre essas se inclui a chamada folha de pagamento do Estado. Então, mesmo que isso tivesse sido dito – o que não acredito, foi em um engano –, o deputado Gildásio fica com essa informação, sabendo que existe uma vedação de ordem legal.

Eu queria reportar-me ao nobre deputado Gabam e passar para ele um resumo sobre algumas questões da situação da gestão previdenciária no Estado da Bahia. Primeiro, temos que nos lembrar de que, no ano de 2001, existia, deputado Paulo Rangel, um saldo, meus senhores, de um bilhão de reais na conta da Previdência. Eu não estou falando R\$ 10,00, não, deputado Waldenor, eu estou falando de um saldo de um bilhão de reais. E eis que, deputado Waldenor, em apenas doze meses do ano de 2001 mais dez meses do ano seguinte esvaiu-se esse dinheiro. Ora, se o déficit dos pensionistas, dos aposentados do Estado chega à casa dos sessenta, setenta milhões dez anos atrás, com convicção, não chegaria a esse número que é hoje, até por causa do aumento do número de aposentados, por causa dos aumentos dos salários... Então, em apenas 12 mais dez, 22 meses, se esvaiu um bilhão de reais. E aí fica a pergunta: como foi que esse bilhão se esvaiu? Grande parte dele se esvaiu, significativa parcela desse dinheiro foi consumida para pagar aposentados e pensionistas. Mas onde está o aporte? É aí que está o problema. Esse bilhão foi consumido por falta de aporte ao Estado, o que levou à falência real e concreta do Funprev. Esse é o grande problema.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Com o aparte o deputado Gildásio.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Paulo Câmara, agradeço o aparte e fico extremamente entusiasmado com essa discussão, até porque o tema me fascina um pouco. V.Exª coloca muito bem, e é bom que a Bahia, os baianos, os Srs. Deputados tenham conhecimento de que o Funprev foi criado no ano de 1998, ainda na primeira gestão do ex-governador Paulo Souto, e que teve – Eu comentava ainda há pouco com o deputado Waldenor, Líder do governo nesta Casa, o espírito de grandeza e de homem público – inicialmente um aporte de quase R\$ 500 milhões, fruto da venda e privatização da Coelba. Aquele recurso, deputado Paulo Câmara, poderia ser destinado, no primeiro momento, a investimentos outros na Bahia; a outras fontes poderia ser revertido, mas o espírito de grandeza e a preocupação com o servidor público o fez nortear-se pela aplicação, naquele primeiro momento, de quase R\$ 500 milhões, fruto dessa venda da Companhia de Eletricidade da Bahia...

É evidente que V.Exª sabe, e é de conhecimento público, até porque muitos deputados já se posicionaram aqui, o fundo não é autossustentável, o fundo é deficitário. Então, além do aporte da patronal, ou seja, da própria Assembleia Legislativa, do Executivo Estadual, do Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais de contas, além da parte dos segurados, que são fruto das contribuições dos servidores, hoje, orçada em 12% e o Estado 24%, o Estado baiano, mensalmente, é obrigado a suprir cerca de R\$ 40 a 50 milhões, porque o fundo não consegue encontrar o seu equilíbrio. Daí, sim, e aí faço justiça também à grandeza do governador Jaques Wagner que, no ano de 2007, criou uma conta específica, uma conta corrente, uma poupança, com o objetivo de capitalizar esse fundo para que, ao

longo de dez anos, esse aporte que o Estado mensalmente faz ficasse cada vez mais reduzido e que o fundo, quem sabe, pudesse chegar ao tão sonhado equilíbrio financeiro e atuarial.

O que nós questionamos é que entendemos, deputado Paulo Câmara, mesmo com a dificuldade latente, que a situação do Estado é de quase falência do ponto de vista financeiro, até por conta das diversas ações que o governo vem tomando. Entendemos que existem outras fontes de recursos no Orçamento que poderiam ser utilizadas neste momento e que não se utilizasse o recurso do Funprev. Por exemplo, Reserva de Contingência, não precisava nem ser especialista em Orçamento, sabe-se que, no ano de 2009 é uma rubrica, deputado Fábio Santana, de cerca de 30 milhões de reais, que poderiam ser revertidos neste momento para poder dar a chamada compensação financeira. Portanto, é esse o questionamento que faço, vou me debruçar ainda mais, mas fico satisfeito com esse debate, que acho importante.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Concordo com V.Ex^a. Agora, gostaria de chamar a atenção no sentido de observação sobre a peça orçamentária que, quando nós estamos falando de Reserva de Contingência, no lugar comum, estamos falando de papel. Quando estou colocando que o Estado usará temporariamente, pelo período de 2 anos, uma capitalização, que precisa ser feita ao longo de 35 anos, por exemplo, o Baprev, estou dizendo que existem recursos capitalizados disponíveis em conta corrente para ser usados. Em quê? No próprio objetivo dele, que é pagar o pensionista. E quando? Apenas neste período de crise. O projeto de lei é sucinto, é claro, é objetivo e transparente, vou usar cerca de três milhões para pagar pensionista, porque não há disponibilidade. V.Ex^a conhece a expressão: não há disponibilidade de caixa, ou seja, não há, no lugar comum, grana, não há receita. Há uma terminologia que é da área, e que V.Ex^a conhece, que, quando se fala em orçamentário, está se falando sempre em despesa, nunca em receita. Quando se fala em receita, fala-se sempre em dinheiro, em previsão, sim, mas normalmente em despesa.

Então, neste caso agora o Estado está dizendo assim: tenho quarenta milhões para pagar este mês, estão me faltando dez, então tomo ao Fundo porque ainda tem trinta e tantos anos para se capitalizar ao longo desse período. Aí, sim, concordando com V.Ex^a de, naquele momento, a criação do fundo foi realmente uma magnanimidade, pode-se dizer assim, do governador, em capitalizá-lo, de uma venda de um bilhão e quatrocentos, tirar para tentar sair o fundo do buraco.

Agora, acontece que eram necessários aportes subsequentes, era necessária manutenção, como foi feita agora, a criação de uma conta capitalizada, específica, com o valor fixo, mensal, de dois por cento do valor de doze por cento.

Então, o Estado fez um remanejamento e inteligentemente começou a fazer as capitalizações para que os futuros aposentados do Estado da Bahia e os pensionistas não tenham mais problemas. Então, daqui a 35 anos, esses 6.167 funcionários concursados não terão mais problemas. Qual é o problema agora? Tentar resolver o problema da crise.

É isso que o governador encaminhou, é essa compreensão que os deputados

têm que ter. A Bahia tem mais de um terço de sua receita aportada ao Polo Petroquímico. E o que é que houve? Essa não-diversificação, digamos, de receita, levou a um buraco na arrecadação do Estado, um buraco monumental, e é preciso que sejam feitas compensações para que se possam cumprir essas dívidas, para que os aposentados e a folha do Estado não atrasem. É esse o esforço do governo Wagner, é isso que está sendo feito e é essa compreensão que esta Bancada tem, contingencialmente, excepcionalmente, pelo período de dois anos, usar-se-ia esse dinheiro para complementação.

É essa compreensão que os deputados de Oposição têm que entender diante da gravidade da crise nacional que agora começa a reagir. Mas não é assim, não se vendem produtos petroquímicos em 24 horas. E essa concentração, nobre presidente, muito obrigado, levou o Estado da Bahia a esse problema de déficit de caixa real e concreto.

Então, pedimos a compreensão dos colegas de Oposição, mas que usem de tudo, que eles falam aqui em bom senso, então, está na hora de a Oposição usar o bom senso.

Obrigado, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, falarei por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, Líder da Maioria nesta Casa, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, reconhecemos o esforço sobre-humano dos deputados Gaban e Gildásio Penedo para tentar fazer uma tempestade em copo d'água, até compreendemos o esforço da Oposição para tentar transformar essa matéria em uma tentativa de desestabilização do sistema previdenciário do Estado da Bahia.

Todavia, quero, de forma ponderada, calma, tranquila chamar a atenção que, infelizmente, deputado Gildásio, deputado Gaban, os argumentos apresentados por V.Ex^{as} não têm procedência, não se sustentam, porque o projeto de lei que o governo Jaques Wagner encaminha a esta Casa Legislativa tem por objetivo solicitar a autorização da Assembleia Legislativa para usar uma conta de poupança que representa 3% do total do Orçamento para a previdência do Estado da Bahia em 2009.

O Orçamento da previdência do Estado da Bahia para 2009 é de R\$ 2 bilhões e 400 milhões, e o valor da conta capitalizada até o momento é de R\$ 60 milhões e pouco. A conta capitalizada representa 0,3% quando comparada, cotejada com o Orçamento da previdência.

Portanto, esse argumento que tentam passar para a opinião pública, especialmente para os servidores públicos, que o governo Jaques Wagner estaria

ameaçando o sistema previdenciário baiano, sinceramente, permitam-me dizer, respeitosamente, trata-se de uma afirmação irresponsável. Quero pedir desculpas, mas precisava fazer esse destaque, porque não é possível que uma conta capitalizada que vai ser utilizada, segundo o projeto de lei, exclusivamente para o pagamento de pensões e aposentadorias possa causar qualquer ameaça ao sistema previdenciário.

Agora, cabe, de fato, fazer uma retrospectiva histórica: o Funprev foi criado pelo governador Paulo Souto em 1998. E com a privatização da Coelba, como o deputado Gildásio Penedo há pouco destacou, R\$ 450 milhões oriundos dessa privatização foram aportados ao Fundo. Em dezembro de 1999, o Fundo, deputado Paulo Rangel, possuía um saldo positivo de R\$ 1 bilhão e 63 milhões. Em outubro de 2001, 1 ano e 10 meses depois, o recurso sumiu, acabou. Segundo o deputado Paulo Azi, que me ajuda aqui, o recurso tomou doril!

Então essa é a questão importante a ser destacada: desde 2001 que é deficitária a conta do sistema previdenciário na Bahia. O governo Jaques Wagner, o nosso governo, como gosta de destacar o deputado Heraldo Rocha, aporta todo mês, com recursos do Tesouro do Estado, deputada Maria Luiza Laudano, R\$ 60 milhões em média. E precisa aportar porque há um déficit, ou seja, o que se arrecada com a previdência é inferior ao que se gasta.

Para o ano de 2009, o déficit da previdência na Bahia será de, aproximadamente, R\$ 600 milhões. E o governo Jaques Wagner terá que aportar 600 milhões de reais para garantir a estabilidade do sistema previdenciário. Essa conta capitalizada, que tem sido potencializada pela Oposição como motivo de tanta celeuma, representa 10% do déficit da previdência, só no ano de 2009, e representa 3% do orçamento da previdência em 2009. O que nosso governo está propondo é a utilização desse recurso nos anos de 2009 e 2010 por conta da crise financeira internacional, - ela é do conhecimento de todos, todos estão acompanhando - que se abateu sobre o Brasil e sobre a Bahia para, temporariamente, ser utilizado exclusivamente com despesas previdenciárias. O deputado Gildásio Penedo, toda hora, na tentativa de exercer o seu papel legitimamente de oposição, nos apresenta um argumento sem a devida comprovação.

Estou de posse da Resolução nº 003716, do Banco Central, que determina, que estabelece as regras para a liberação dos recursos aos estados, não é só a Bahia que está recebendo o financiamento, vários estados da Federação estão sendo beneficiados com o aporte de recursos para superação da crise. Ora, a resolução do Banco Central é muito clara. Ela está aqui, em minhas mãos, e define com clareza que o recurso deve ser direcionado exclusivamente para investimentos e veda a utilização dele para despesas correntes ou para dívidas que não tenham sido contraídas com o próprio BNDES. Está aqui, em minhas mãos, é uma resolução do Banco Central.

Portanto, a esses assuntos não cabem especulações, não cabem ilações porque são assuntos perfeitamente documentados. Sobre eles existem normas do Banco Central e lei aprovada por esta Casa Legislativa que estabelece com clareza quais as diretrizes para os debates, a discussão dessa temática.

Desta feita, somos obrigados a destacar alto e bom som que sobre a questão da previdência os parlamentares da Oposição vão ter que renovar o discurso, vão ter que fazer um esforço extraordinário para apresentar novos argumentos porque os até então apresentados nesta tribuna não têm sustentação. Infelizmente eles não estão devidamente consolidados de conteúdo para fazer um embate do projeto de lei apresentado pelo governador Jaques Wagner. Não há sustentação no discurso apresentado pela Oposição de que o sistema previdenciário estaria ameaçado pela retirada dos recursos da conta capitalizada. Tenham paciência!

Ora, é necessário que o deputado Gildásio, com seu brilhantismo, o deputado Gaban, com a sua experiência, possam fazer um esforço para renovação do discurso. Os discursos apresentados até então não estão carregados de conteúdos suficientes para dar conta desse importante debate a respeito do sistema previdenciário do nosso Estado.

A conta capitalizada vai retornar a partir de 2011, o projeto de lei tem por finalidade, de fato, reunir recursos para ajudar o pagamento, no futuro, do déficit previdenciário. Gostaríamos de uma vez por todas solicitar aos nobres colegas parlamentares da Oposição que apresentem novos argumentos. Se não apresentarem novos argumentos, vamos ser obrigados, infelizmente, a desqualificar os discursos que aqui estão sendo apresentados porque eles não são, infelizmente, baseados em conteúdos que pudessem permitir a esses parlamentares resposta, debate, discussão a respeito de uma temática tão importante como essa que envolve o sistema previdenciário do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Luiz de Deus por cinco minutos e o deputado Clóvis Ferraz por 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores das Galerias, inicio as minhas palavras parabenizando o Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Carlos Martins, porque até bem pouco os senhores não sabiam por que os delegados concursados, e que fizeram o curso em agosto de 2008, até agora não foram contratados, tendo em vista que existem 135 municípios no Estado da Bahia sem delegados. Os senhores também não sabiam por que os professores concursados desde 2005, até hoje, apesar dos contratos REDA, não foram contratados. Os senhores também não sabiam por que o Sr. Secretário da Fazenda anulou mais de R\$ 200 milhões de empenho. Os senhores também não sabiam por que os empresários e os empreiteiros não estavam recebendo os recursos pelas obras contratadas e efetivamente realizadas.

Agora sim os senhores sabem, por esta correspondência feita ao Líder da

Minoria pelo Sr. Secretário da Fazenda, há pouco lida aqui pelo Líder da Minoria, que deixa não só nas entrelinhas, mas nas linhas também que este Estado está quebrado, está falido. Isso é a pura verdade!

Mas, o que não é verdade são as justificativas do Sr. Secretário da Fazenda. Vou ler um trecho aqui, início da sua correspondência:

(Lê) “A crise que atingiu o sistema financeiro internacional em 2008 ainda perdura, atingiu a economia baiana de forma drástica, devido a sua matriz econômica, cujos principais contribuintes são a indústria petroquímica, a energia elétrica e as telecomunicações. Como efeito da crise os preços da nafta e do barril de petróleo despencaram.”

Ora, a Petrobras não negocia com petróleo bruto. Alguns dos senhores já comprou aqui o seu litro de gasolina ou de óleo diesel com custo bem abaixo, sobretudo se os senhores fizeram a relação quando o petróleo atingiu 147 dólares o barril e hoje, que não chega à casa dos U\$ 50 Então, isso aqui é falácia pura, Sr. Secretário!

Ele fala também da energia elétrica. Todo mundo que entende um pouquinho sabe o que o empresário paga, o que o industrial paga é sobre o chamado fator de demanda. Ele contrata um determinado número de quilowatts, quer use, quer não use, ele paga aquilo.

Sr. Secretário, tanto é verdade o que estou dizendo aqui, que, imaginem os senhores: (lê) “Através de relatórios gerenciais do Sincor observamos que no período de janeiro a abril de 2009 o governo arrecadou 6 bilhões, 348 milhões de reais, bem próximo do arrecadado no mesmo período, em 2008, 6 bilhões, 323 milhões”. Portanto, em 2009 se arrecadou a mais 25 milhões, não foi a menos, Sr. Secretário.

O que ocorreu foi que o senhor gastou o que não tinha, o senhor gastou mais 7,5% do que devia, significa dizer gastou mais do que tinha. O senhor esqueceu o que é orçamento. Em orçamento se fixa despesa e se estima a receita. Traduzindo em miúdos, o Sr. Governador do Estado colocou um pedreiro para tomar conta do jardim, ao invés de um jardineiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Clóvis Ferraz: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores jornalistas, senhores das Galerias Paulo Jackson. Sr^a. Presidente, não bastasse a grave crise que atravessa o Estado que, pelo que estamos sabendo, está literalmente quebrado devido à crise, - não é privilégio do Estado da Bahia estar em crise, praticamente todos os estados brasileiros estão, - mas muitos estados têm tido uma postura diferenciada por parte dos seus gestores, os quais têm sabido administrar na crise.

O que nós estamos vendo hoje no Estado da Bahia é um problema de gestão, deputado Heraldo Rocha. Se nós olharmos desde o início do governo, vamos verificar

que todas as áreas do governo têm tido problemas ao longo desse período: a saúde, educação, segurança pública, todas as áreas, isso não é privilégio de nenhuma área específica, todas têm tido problema.

O Secretário veio aqui algumas vezes ao longo desse período e se gabava dizendo que o Estado estava muito bem, com recursos sobrando. Claro, a arrecadação aumentou, etc. Ora, administrar com muito recurso é muito bom, quero ver o bom administrador administrar na crise. Só que esse governo não soube administrar com muito dinheiro e não está sabendo administrar agora na crise.

E o que estamos vendo são problemas pipocando por todas as áreas de governo. Por exemplo, na segurança pública, não se teve, praticamente nenhum acerto. Um problema de gestão.

A questão dos ônibus que trafegam pelas rodovias baianas, tem tido assaltos permanentemente. Já houve reuniões com as associações dos transportadores, com os empresários donos de empresas de ônibus, com a área de segurança pública, o governo sinalizou que ia acompanhar, ou seja, mandar colocar policiais civis nos ônibus. Ontem mesmo, na estrada Guanambi-Vitória da Conquista, um ônibus-leito foi assaltado. Uma carreta atravessou... Olhem a ousadia dos bandidos! Mas isso é por quê? Porque está havendo falta de segurança. Os bandidos atravessaram uma carreta na pista para assaltar um ônibus que trafegava de Guanambi para Vitória da Conquista.

Eu desafio aqui... Não tem um dia sequer que não sejam assaltados dois, três ônibus nas rodovias baianas. Mas por quê? Porque os bandidos sabem que não está havendo policiamento.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Clóvis Ferraz, por gentileza. Tendo em vista que já temos aqui o vice-presidente da Casa, quero convidá-lo para me substituir.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Então, a ousadia dos bandidos hoje está realmente trazendo grandes prejuízos para todo o Estado da Bahia. E nessa área de transporte de passageiros os ônibus que trafegam pelas estradas baianas não têm nenhuma segurança.

É até temerário viajar de ônibus pela Bahia. Nós apelamos aqui para que a área de segurança venha realmente a colocar nas estradas policiamento, eu diria até mesmo nos ônibus, porque o bandido só ataca quando percebe que não há nenhum policiamento, nenhuma segurança. E o que estamos vendo hoje em qualquer parte, em qualquer área, é que os ônibus urbanos não são diferentes na questão dos assaltos, seja nas grandes cidades, seja nas pequenas. A insegurança predomina.

Portanto, apelamos ao governo estadual, ao secretário da Segurança, que inclusive esteve aqui e colocou que tem planos para o Estado... Mas eles precisam ser colocados em prática.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Tem o modelo de gestão, porém precisa ser colocado em prática. Não adianta ficar falando que tem, que está fazendo, que vai fazer! Queremos ver os resultados! E os resultados - os resultados! - nessa área não

têm aparecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PRP/PDT/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por 8 minutos o nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, Srs. Visitantes, quero em primeiro lugar saudar os caciques e a representação do povo indígena aqui no Plenário hoje, afirmando a importância da luta dos indígenas nesta Assembleia.

Tiveram uma audiência importante com a presença do cantor e compositor Carlinhos Brown, que está buscando junto à classe artística da Bahia um apoio para uma das mais importantes lutas de reconhecimento e, acima de tudo, valorização do povo indígena: o direito de posse, de propriedade das terras.

Sr. Presidente, o nobre deputado Yulo Oiticica irá reportar-se a esse fato. Fico bastante gratificado. Hoje pela manhã não pude acompanhar em função de estar, Sr. Presidente, conduzindo a audiência pública, nesta Casa, contra a homofobia que é também mais uma conquista do espaço democrático promovida pela Comissão da Promoção de Igualdade Racial e Social.

Mas faço uso da palavra neste momento, Sr. Presidente, em primeiro lugar, para apresentar uma carta resposta que foi encaminhada pela direção do Colégio Estadual Manoel Devoto, referente à visita que foi feita por parlamentares desta Casa, deputados Heraldo Rocha, Luiz de Deus e João Carlos Bacelar, que fizeram neste Parlamento o relato da situação em que se encontra a escola. O diretor responde com uma carta, mas não sei se terei tempo necessário para lê-la toda; ele justifica as ações que aqui foram levantadas como parte delas não procedentes. Vou inclusive...

O Sr. Heraldo Rocha:- Mentiroso!

O Sr. BIRA CORÔA:- Deputado, primeiro, quero ter o respeito com que sempre o tratei, nunca o chamei de mentiroso...

O Sr. Heraldo Rocha:- Não é V.Ex^a, é o diretor que é mentiroso.

Quero convidar o senhor para ir lá comigo agora. Isso é um absurdo.

O Sr. BIRA CORÔA:- Só espero que o presidente traga um copo com água, porque o nobre deputado está-se excedendo, mostrando que está desequilibrado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não, eu não estou desequilibrado. É que eu não gosto de falsidade.

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- Nobre deputado Heraldo, há um orador na tribuna.

O Sr. BIRA CORÔA:- Vou esperar o senhor se tranquilizar.

Sr. Presidente, preciso que o senhor garanta o meu tempo porque vou esperar o deputado se tranquilizar para que isso não seja mais grave do que o esperado.

Posso continuar, nobre deputado?

O Sr. Heraldo Rocha:- Pode, V.Ex^a está na tribuna.

O Sr. BIRA CORÔA:- Bom, eu nem iniciei, e o senhor já está nesse nervosismo todo.

Mas, nobres deputados, o diretor do colégio responde com uma carta que se inicia dizendo: (lê) *“Democraticamente recebemos a visita dos deputados Heraldo Rocha, Luiz de Deus e João Bacelar, no dia 07 de maio, em nosso Colégio, solicitação feita por duas professoras do nosso Colégio, Sras Maria das Graças Buffone e Cilene Nunes, todavia, o que parecia uma visita de suposta preocupação dos parlamentares com a educação na Bahia, tornou-se um odioso e falastrão palanque de mentiras e absurdos levantados por tais parlamentares.*

As aulas no Colégio Manoel Devoto, bem como de inúmeros outros espaços educacionais, inclusive particulares, foram suspensas devido às fortes chuvas que castigaram a nossa cidade durante alguns dias. Ocorre que, ao “visitar” o Colégio, os referidos parlamentares publicaram em um site situações que não são verdades, senão vejamos:

Sobre as salas de aulas, as mesmas estavam vazias no momento da “visita” por conta da suspensão das aulas, devido às chuvas que causaram problemas de deslocamento de professores, alunos e funcionários, bem como o volume de água fez transbordar as calhas de condução de água, infiltrando algumas partes do Colégio. Quanto às janelas, está sendo realizada, na data de hoje, uma licitação para instalação de esquadrias de alumínio, pois as antigas eram de madeira, já carcomidas pelo tempo e pelo cupim, ressaltando, inclusive, que algumas já haviam caído, felizmente, sem causar vítimas, ou seja, será que durante anos que estes parlamentares governaram a Bahia, não perceberam, ou não quiseram “visitar” o Colégio para visualizar o desgaste das janelas de madeira, e o quanto causavam risco para todos que aqui convivem, aliás com a própria convivência e silêncio de suas correligionárias, inclusive uma delas sendo Diretora do Manoel Devoto no período?

Quanto aos livros didáticos, estes foram distribuídos aos alunos desde o início do ano letivo, os que sobraram ficaram em uma sala que infelizmente com o transbordamento da calha, 08 (oito) apenas oito livros molharam, os demais foram retirados a tempo sem danos, sendo colocados em outra sala em melhores condições. Salientamos que temos todas as carteiras escolares. Não existe no Colégio, um só aluno sem carteira, ressaltamos também que o nosso quadro de professores está completo, portanto sem nenhuma carência. As instalações elétricas e hidráulicas e de esgotamento estão em perfeito estado com manutenção periódica. Infelizmente, o que os Deputados chamam de “mato” são três árvores que embelezam o nosso pátio no 1º andar”.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Deputado, eu estava fazendo a leitura se me fosse

permitido, mas já que fui interrompido e se V.Ex^a não der mais tempo, vou concluir e pedir que esta carta seja inserida nos anais desta Casa.

Sr. Presidente, a carta encaminhada pelo diretor do colégio responde às denúncias aqui apresentadas. Infelizmente, a posição apresentada pelo colégio de colocar-se à disposição para receber a visita de qualquer comissão desta Casa, destacando inclusive que os danos apresentados ocorridos a partir das chuvas que foram levados em conta, além da estruturação da escola, que não é responsabilidade dessa gestão porque é uma escola construída há muitos anos, cuja reforma ocorreu há quatro anos, segundo a própria carta...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Conclua, por gentileza, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) que um dos próprios parlamentares, em visita, questionava a reforma que foi feita no governo que eles mesmos participavam, segundo está no registro da carta.

Concluo dizendo que reconheço o papel da Oposição, Sr. Presidente, é justo, é importante até para uma boa...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, V.Ex^a vai usar mais 10 minutos!

O Sr. BIRA CORÔA:- Estou concluindo, Sr. Presidente. V.Ex^a não teve essa mesma agilidade para garantir a minha falação por direito constitucional.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, queira concluir, por gentileza, senão vou ser obrigado a pedir para cortar o microfone de V.Ex^a.

O Sr. BIRA CORÔA:- V.Ex^a pode até cortar o meu tempo, eu respeito isso, mas acho que essa posição deve ser para todos e não quando fui interferido na minha falação.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Tem sido assim todas as vezes que estou a presidir.

O Sr. BIRA CORÔA:- Entendo a sua preocupação, reconheço o seu papel de dirigente, mas quero concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Peço a assessoria que, por gentileza, corte o microfone do deputado Bira Corôa. V.Ex^a disse de uma forma clara que entende a minha preocupação e todos os colegas deputados sabem que eu tenho tido uma postura isenta, sendo inclusive objeto de críticas de alguns deputados da base da Oposição. V.Ex^a ultrapassou no mínimo cinco minutos do tempo de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Ex^a ponderação na decisão tomada tendo em vista que eu estou aqui há seis anos e quatro meses e nunca presenciei a iniciativa do presidente cortar o tempo do orador. É verdade que o deputado Bira Corôa ultrapassou o tempo. Eu inclusive posso disponibilizar um tempo a mais para que ele conclua o seu pronunciamento. (Pausa)

Mas, busco, sem dúvida alguma, a ponderação de V.Ex^a para evitar um constrangimento desta natureza. Jamais presenciamos aqui uma decisão quanto ao corte da fala do orador. Há poucos minutos, o deputado Carlos Gaban, usando o tempo do Grande Expediente, ultrapassou em mais de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a solicitou questão de ordem. Então, espero que V.Ex^a formule a sua questão de ordem e que se atenha ao Regimento da Casa.

O Sr. Waldenor Pereira:- Bem, quanto à questão de ordem, nobre presidente, eu espero que V.Ex^a não se dirija à Liderança do governo que está ponderando no sentido de liberar um tempo a mais para que o deputado Bira Corôa possa concluir o pronunciamento dele. Esta é a nossa questão de ordem tendo em vista que temos vários tempos disponíveis para o nobre deputado possa fazer uso. Agora, infelizmente...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Waldenor Pereira:- (...) Presidente, nobre presidente, infelizmente, V.Ex^a não pode se dirigir à Liderança com este tipo de comportamento. O meu comportamento é de conciliação, é de ajuda, de colaboração e não o de me opor à Presidência da Mesa.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu peço a devida calma a V.Ex^a e ponderação para que possamos dirimir este problema da liberação de um tempo a mais que estou cedendo ao orador. Espero que V.Ex^a possa, naturalmente, conduzir esta sessão com calma, a que ela vinha tendo ao discutir importantes temas de interesse do Estado da Bahia como a questão da previdência, da alteração de crédito dentre outras matérias que estamos debatendo com a maior altivez nesta Casa Legislativa.

É esta a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre Líder Waldenor, V.Ex^a merece todo o meu respeito. O presidente da Casa já chegou ao Plenário. Eu irei – naturalmente como o Regimento da Casa determina – passar a Presidência para ele. Mas quero dizer a V.Ex^a - e V.Ex^a bem sabe disso – que, há pouco, o deputado João Carlos Bacelar, da Oposição, fez uma crítica acreditando que havia solicitado questão de ordem antes de V.Ex^a. Mas, de forma bem clara, eu vi que V.Ex^a solicitou primeiro, por conta disso, dei, primeiro, a questão de ordem a V.Ex^a. Mas durante todo o tempo em que eu tenho estado na Presidência, tenho tido uma postura, extremamente, imparcial. O deputado Bira Corôa ultrapassou o seu tempo em mais de cinco minutos. E, ao alertá-lo, ele disse da tribuna que entende o meu posicionamento. De forma que eu não tenho condições nenhuma de retornar a palavra ao deputado a fim de que ele possa concluir o pronunciamento porque eu já lhe dei tempo mais do que suficiente.

Passo a Presidência ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo. Antes, porém, concedo a palavra ao Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de oito minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem é o próximo orador, por gentileza?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, eu vou solicitar uma verificação de quorum. Quero começar a justifica, a minha justificativa, deputado Bira Corôa, dizendo que me surpreende esta carta do diretor do Colégio Manoel Devoto. Primeiro, ele nos agradeceu por estarmos lá vendo a grave situação do colégio. Os professores queriam brigar com ele, e nós não deixamos, dizendo que não tínhamos nada a ver com a briga interna.

Agora ele diz que realmente não havia aula, e não há aula, não vão atingir a carga horária mínima do ano letivo; que não havia janela, tanto que a licitação está sendo feita hoje, não havia janela na escola.

O deputado Heraldo Rocha ainda disse que é um governo que dispensa licitação para tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Restrinja-se à questão de ordem, por favor.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Estou fundamentando, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí não é questão de ordem, deputado. Faço um apelo a V.Ex^a, um apelo a meu querido amigo João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Vou atender o apelo de V.Ex^a, presidente. Solicito uma verificação de quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Deputado, V.Ex^a sabe que estou fazendo aqui um apelo a todos.

Não é questão de ordem? Então, se restrinja à questão de ordem.

O deputado João Carlos Bacelar pediu uma questão de ordem para verificação de quorum. Não há quorum.

Tendo em vista que nenhum deputado registrou a presença, está encerrada a sessão.

Deputado, eu não posso usar dois pesos e duas medidas. A praxe aqui, mesmo o deputado não solicitando, é colocarmos os 15 minutos.

Deputado Paulo Rangel, eu darei questão de ordem a V.Ex^a. A praxe aqui, mesmo o deputado não pedindo, o Líder do governo muitas vezes não pede os 15 minutos, e nós concedemos.

Vou marcar os 15 minutos. Zere-se o painel e marquem-se os 15 minutos.

Deputado Paulo Rangel, vou conceder a V.Ex^a, o deputado Waldenor Pereira por diversas vezes não pediu os 15 minutos, e nós marcamos. Então, é praxe.

Questão de ordem do meu querido amigo, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Solicito aos companheiros da situação que continuem nos seus gabinetes, no cafezinho, até porque esta questão de ordem é do nosso interesse. Era esta a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zere-se o painel, marquem-se 15 minutos.

Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara, que pediu primeiro, depois

V.Ex^a. Deputado Pedro Alcântara, marque a presença que eu darei os 5 minutos a V.Ex^a.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, em função de já estarem bastante esclarecidas essas questões, vou desistir da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar, depois o deputado Paulo Rangel.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, voltando agora ao assunto das explicações que o deputado Bira Corôa deu.

O diretor da escola reafirmou que não tinha aula desde quarta-feira; que não tinha janelas, estavam fazendo a licitação para janelas hoje. Como é que uma escola que teve dezembro, janeiro e fevereiro para fazer a recuperação, o secretário alterou o calendário, vai fazer licitação para compra de janelas hoje? O deputado Heraldo Rocha ainda disse ao diretor que é um governo que gosta tanto de dispensa de licitação, que podia dispensar a licitação para essas janelas. Ele reconhece que há lá livros em excesso sendo molhados e perdidos e problemas na instalação elétrica. Se o deputado Bira Corôa puder acertaríamos estar amanhã – se V.Ex^a puder e confirmar agora – às 8 horas no Manoel Devoto para ver a situação. Se não, vamos tomar as providências: vamos fazer que a Comissão de Educação convoque esse diretor a vir aqui e dar entrada de uma representação contra ele na Justiça. Estamos dando entrada hoje a uma notícia de crime de responsabilidade do diretor, que é tão incompetente, que não conseguiu que, no Colégio Manoel Devoto, o quorum fosse atingido nas eleições. Imaginem! Ou essa educação do governo Wagner não vale nada – não vale nada! – ou esse líderes do Colégio Manoel Devoto não conseguem envolver a comunidade. Houve dois chamamentos para a eleição, e sabe quantos pais compareceram à segunda chamada? Dois! Dois pais num colégio em que há 2.800 alunos. Logo, alguma coisa grave está ocorrendo!

Deputado Bira Corôa, faça-lhe um apelo para que esse assunto não seja politizado, deputado. V.Ex^a é um deputado que tem compromisso com as causas sociais e a redução das desigualdades, haja vista a sessão, hoje mesmo, que V.Ex^a realizou na Comissão de Promoção da Igualdade. Agora, é querermos tapar o sol com peneira dizer que está havendo aula na rede estadual, deputado. Não está, deputado Bira Corôa! Não posso garantir por todo o Estado da Bahia, mas em Salvador a rede pública estadual de ensino não está funcionando. Citei, hoje, que, no Colégio Getúlio Vargas, não existe professor, água e, desde a semana passada, não está havendo aula. No colégio Evaristo da Veiga faltam professores.

Não dissemos que no Manuel Devoto não havia professor, não! Ele disse que agora tem, que faltavam professores no início, mas agora já existem. Agora, se ficarmos partidizando essa questão, estamos condenando a juventude da Bahia à ignorância. Vamos, vamos visitar as escolas! Vamos sair amanhã para visitar as escolas do Estado para ver se há alguma funcionando regularmente! Não há uma funcionando regularmente!

Todos os deputados deveriam estar juntos conosco nessa luta e exigindo... Sabemos do problema gerencial que o secretário da Educação tem. Ele chega ao

ponto de dizer a prefeitos que há dinheiro, mas que a Sucab é que faz a obra muito devagar, e o município vai ficar sem escola mesmo. Então o problema é sério, e não devemos partidariá-lo! Está cometendo um crime quem disser que há aula na rede pública do Estado da Bahia, pois não há aula nenhuma! Muito obrigado.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a questão de ordem ao deputado Paulo Rangel, gostaria de agradecer ao deputado João Carlos Bacelar, que foi gentil ao dizer que vamos ser suprapartidários.

A presidência vai levar à Mesa Diretora, amanhã, o pedido para uma tomada de posição com relação à concessão de questão de ordem somente de acordo com o Regimento.

Srs. Deputados, meus queridos deputados Waldenor Pereira e Heraldo, a Presidência, a partir deste momento, só concederá questão de ordem se for estritamente de acordo com o Regimento, exceto quando estivermos nos 15 minutos, quando o deputado pode falar o que quiser.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que amanhã, na Mesa Diretor, já vamos acertar, para a próxima semana, a votação dos projetos oriundos de deputados. Infelizmente, na semana passada, não houve reunião da Mesa Diretora, porque tivemos de viajar a São Paulo para uma reunião de presidentes de Assembleias do País. Mas, amanhã, vamos definir os projetos oriundos de deputados que serão votados na próxima semana.

Questão de ordem, deputado paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Inicialmente, quero parabenizá-lo, previamente, por essa iniciativa. Muito embora eu entenda o uso excessivo do instrumento da questão de ordem pela Oposição, até porque eles foram, durante 16 anos ininterruptos, Situação e falaram muito dessa tribuna. E agora usam esse instrumento não como questão de ordem, de fato, mas para rebater algum discurso, como o lido aqui pelo deputado Bira Corôa. Agem assim porque o tempo de intervenção deles diminuiu.

Quero parabenizá-lo porque entendo que, procedendo dessa forma, vamos ter mais celeridade no andamento das sessões e nos processos de votação.

Mas queria dizer, Sr. Presidente, que a Oposição, me parece, vive um processo de amnésia, porque colocar a crise da educação sobre os ombros do atual governo é, no mínimo, um esquecimento muito grande.

Acho que é papel da Oposição fazer críticas. Mas estas têm sido feitas com contundência e com argumentos que não se sustentam. Não podemos admitir isso. Dizer que em Salvador não está havendo aula?! Está havendo aula, sim. E sabemos que alguns prejuízos relacionados ao andamento do calendário escolar são provenientes das fortes chuvas que caíram em nossa capital.

Procuró ser coerente no desempenho do meu mandato e sei que temos, realmente, dificuldades na rede pública escolar do Estado, e elas ainda advêm do outro governo.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que a Oposição – embora eu saiba que isso faça da retórica que é exercida por ela, principalmente pelo deputado Bacelar – se

refere à dispensa de licitação como se o atual governo tivesse inaugurado essa prática e a exacerbasse.

Quero lembrar ao deputado João Carlos Bacelar que o outro governo fomentou, inclusive, a criação de instituições, de ONGs, como a OAF, para que a dispensa de licitação se desse de uma forma jamais vista no serviço público, quando se rasgou, deputado Yulo Oiticica, totalmente a lei 8.666. Aliás, esse procedimento já havia sido praticado antes pelo Liceu de Artes e Ofícios, instituição que tem como objetivo habilitar crianças para construir carteiras escolares, a se tornarem eletricitistas, etc., mas que não se prestava a essa finalidade. Era um mero instrumento para se trabalhar dispensa de licitação. E a CPI provou isso.

Acho até que gente que esteve à frente da Ebal vai para a cadeia. Havia livraria que vendia lata, para se ter uma ideia. Eu diria que os companheiros que estão na Oposição não podem falar muito aqui de dispensa de licitação.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os deputados Gildásio Penedo e Gilberto Brito pediram questão de ordem, se os dois cederem o tempo V.Ex^a terá a questão de ordem. V.Ex^a cede o tempo, deputado Gilberto?

O Sr. Gilberto Brito:- Eu falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito, mas seja breve para que o deputado João Carlos Bacelar possa usar o tempo, por favor.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo Nilo, no dia 7 de setembro comemorase a Independência do Brasil, e no dia 2 de julho comemorase a Independência da Bahia. No dia que votarmos o projeto de um deputado da Casa será a o dia da Liberdade do Poder Legislativo da Bahia. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrado, V.Ex^a. Questão de ordem para o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Tendo em vista que o Plenário está lotado, retiro a minha questão de ordem, e solicito a verificação de quorum.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Rangel, só uma pessoa da Bancada da Oposição teve questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Acompanhei a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ele retirou a questão de ordem, e nesse caso tenho que encerrar a sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Ele retirou, e eu quero outra questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se ele retirou a questão de ordem, deputado Paulo Rangel, tenho que encerrar a sessão.

O Sr. Elmar Nascimento:- Ele retirou a questão de ordem, e agora é o horário do PR, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Então agora o PR vai falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo!

O Sr. Paulo Rangel:- Quero a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora V.Ex^a tem a questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nesse caso, terei que marcar 15 minutos no painel outra vez.

Deputados, vamos acordar aqui uma coisa, o deputado João Carlos Bacelar retirou a questão de ordem, mas a partir de agora no caso de questão de ordem solicitada mais da metade do tempo não haverá possibilidade de retirar, porque senão vamos ficar alternando.

O Sr. Elmar Nascimento:- Que regra é essa Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos acertar essa regra, deputado. É isso que estou dizendo.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é apenas para dizer que só o deputado João Carlos Bacelar tinha pedido, V.Ex^a agiu corretamente. O horário...

O Sr. Paulo Rangel: Eu acompanhei a questão de ordem!

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu peço que V.Ex^a assegure...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o que V.Ex^a estava pleiteando eu atendi, não é isso?

O Sr. Elmar Nascimento:- Quero apenas pedir que V.Ex^a dê continuidade a sessão, pois esse é o horário do PR. O deputado Rogério Andrade, quando estava presidindo, deu o horário ao PR para pedir a verificação de quorum. A sessão foi retomada, e com isso deverá ser concedido o horário do PR para que o nosso Líder...

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro Alcântara, questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, quero esclarecer, para que V.Ex^a não tome uma atitude errada nesta Casa, coisa que nunca ocorreu, que a questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar foi acompanhada pelo deputado Paulo Rangel. Assim, somente a retirada da questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar não invalida a questão de ordem, porque ela foi substanciada pela questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nesse caso teremos que ver a taquigrafia.

O Sr. Pedro Alcântara:- Inclusive ele pediu que os deputados não comparecessem ao Plenário porque a questão de ordem da derrubada da sessão era de interesse nosso também. A bem da verdade, inclusive consolidou a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se realmente isso aconteceu terei que pedir as notas taquigráficas.

Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a pediu a verificação de quorum e será atendido.

Solicito que marquem 15 minutos no painel.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, acho que temos que dirimir a dúvida primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria que a Taquigrafia me trouxesse, urgentemente, as palavras do deputado Paulo Rangel, quando pediu a questão de ordem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu tive que sair para atender à imprensa, porque nós recebemos uma correspondência do Exmº Sr. Secretário da Fazenda, que é uma pérola. V.Exª, que é um deputado experiente, deve estar perplexo, porque houve o reconhecimento tácito do governo de que o mesmo está préfalido. Então, queria pedir uma verificação de quorum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não quero aqui ser um presidente autoritário, mas questão de ordem, só com relação à questão de ordem do Regimento.

Que zere o painel e marque os 15 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre esta temática e quero, naturalmente, ajudar V.Exª na decisão que tomou, na reflexão a respeito do assunto. Se algum parlamentar solicita uma questão de ordem, e a Oposição, como aconteceu, acolhe a questão de ordem, o deputado Paulo Rangel chegou ao ponto de recomendar a nossa Bancada do governo que não fizesse o registro de suas presenças porque a questão de ordem nos interessava...

(Vários deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, o deputado Waldenor Pereira está com a palavra. Eu peço permissão a V.Exª.

O Sr. Waldenor Pereira:- Quem solicitou a questão de ordem foi o deputado João Carlos Bacelar. Eu, fora do microfone, questioneei que ele não havia solicitado os 15 minutos, para V.Exª derrubar o tempo imediatamente.

(Vários deputados falam fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, V.Exª está com a palavra.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, estou chamando a atenção, porque, quando há uma questão de ordem de um parlamentar, solicitando a verificação de quorum, e essa questão de ordem é acompanhada por outro parlamentar, só pode haver a renúncia da questão de ordem se for de ambos. Não pode ser a renúncia de um só, senão vamos ficar aqui, indefinidamente, marcando 15 minutos. Então, queria fazer essa ponderação a V.Exª, mandar verificar a Taquigrafia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já mandei verificar. Se o deputado Paulo Rangel concordou, ao microfone, ele passa ser autor também da questão de ordem. Tem que tirar os dois.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, por favor, estou dentro dos 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, V.Ex^a está com a palavra.

O Sr. Waldenor Pereira:- Inclusive, Sr. Presidente, no momento inicial, nós solicitamos a V.Ex^a que encerrasse a sessão, porque o deputado João Carlos Bacelar não havia solicitado os 15 minutos nem para zerar o painel. V.Ex^a, corretamente, até porque isso vai se tornar praxe agora, mandou que o operador estabelecesse os 15 minutos e que zerasse o painel. Estou entendendo isso como praxe que deve ser seguida. Agora, vai ser praxe e quero concordar com isso.

Então, V.Ex^a não encerrou a sessão, e o deputado Paulo Rangel, concordando com a questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, recomendou à Base do governo que não registrasse a presença, porque nos interessava a queda da sessão, tendo em vista que há um requerimento sobre a mesa de uma sessão extraordinária.

Portanto, quero só fazer essa ponderação a V.Ex^a, chamando a atenção de que, quando houver o acolhimento da Questão de ordem por parte de outro Parlamentar, só haverá a renúncia se houver a renúncia coletiva e não de apenas um Parlamentar. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda razão deputado Waldenor. Srs. Deputados, se o deputado acompanhou a Questão de ordem, ele passa a ser autor também da Questão de ordem. Agora, eu não lembro, eu peço vênias a V.Ex^a, porque eu não lembro das palavras dele porque estava ocorrendo muita confusão no momento. Já mandei buscar urgentemente as notas taquigráficas; se o deputado Paulo Rangel recomendou aos Srs. Deputados que não deem frequência, ou seja, participou da questão de ordem...

Agora, não estou entendendo que por causa de 5 minutos V.Ex^a...

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, eu peço vênias a V.Ex^a até para discordar da posição de V.Ex^a posta agora. O autor da Questão de ordem é o deputado Paulo Bacelar. O deputado Paulo Rangel teve um procedimento de Bancada, ao orientar a Bancada para se ausentar. (Tumulto no Plenário)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o deputado Euclides Fernandes está com a palavra, por favor. Eu faço um apelo aos Srs. Deputados, o deputado Euclides Fernandes, Líder de uma Bancada, um deputado educado, fino, de ótimo trato, companheiro de todos está com a palavra.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Então, Sr. Presidente, eu peço vênias a V.Ex^a. A leitura que faço do episódio é que o autor da questão de ordem, para pedir o quorum para continuação da sessão, foi o deputado Bacelar. A participação do deputado Paulo Rangel foi no sentido de alertar a Bancada para não comparecer, para não dar

quorum. Esse é um procedimento de orientação da Bancada, mas a Questão de ordem é do deputado Bacelar.

Com o direito de renúncia, ele renunciou. Evidentemente, esta polêmica toda está sendo criada sem sentido. A Bancada do Governo, imediatamente, com a renúncia do Bacelar pede uma questão de ordem e pede verificação de quorum. Se já estivesse sendo contados os 15 minutos, já estaríamos com a sessão derrubada e iniciando a Extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já estão sendo contados os 15 minutos. Deputado, primeiramente, eu concordo com V.Ex^a, mas os 15 minutos foram marcados imediatamente para que não sofrêssemos...

O Sr. Euclides Fernandes:- Já foi marcado?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há muito tempo!

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, não cabe a V.Ex^a entender o que o deputado está querendo, V.Ex^a está agindo corretamente. O deputado Euclides foi muito feliz e colocou da forma que ocorreu. O deputado Paulo Rangel apenas pediu que a Bancada não estivesse presente, ele não endossou. Ele não disse que pedia também a verificação de quorum, como é praxe aqui na Casa, ele apenas recomendou a sua Bancada a não estar presente.

O deputado Euclides foi absolutamente fiel ao que aconteceu aqui. O único pedido de verificação de quorum foi do deputado João Carlos Bacelar. Caiu a verificação de quorum e a única coisa que cabia é o que está havendo agora nesse instante, uma nova verificação de quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, em primeiro lugar, até para que a gente não comece a aprovar algumas regras que em nada vão engrandecer esse Parlamento. Eu acho que nós estamos aqui para fazer alguns exercícios usando a inteligência e aí eu to ficando besta. Eu acho que eu estou ficando idiota. Porque interessa o tempo a quem quer recompor o quorum, então 15 minutos sempre foram contados aqui na Casa a partir da 2^a intervenção. Não interessa, - se está bem intencionado - a quem pede verificação de quorum, a contagem de 15 minutos. Isso vai virar um instrumento de obstrução aqui na Casa. Então, nós não podemos proceder dessa forma de jeito algum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, quem pedir verificação de quorum agora tem que marcar presença.

Agora, Sr. Presidente, eu também queria dizer o seguinte: com uma Bancada dessa a coisa fica meio difícil.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, registre sua presença, por favor.

Quem pedir verificação de quorum terá que registrar a presença.

O Sr. Paulo Rangel:- Até porque nós temos o dever de interpretar. Um deputado pede questão de ordem e solicita verificação de quorum. Outro deputado também pede questão de ordem e se dirige à sua Bancada da seguinte forma: “A questão de ordem nos interessa e gostaríamos de que todos os deputados permanecessem na sala do cafezinho, em suas salas, porque vamos trabalhar aqui para derrubar a sessão para que convoquemos, logo depois, uma sessão extraordinária.” Pelo amor de Deus, isto está mais do que claro!

Agora, querer fazer do Parlamento algo matemático, ciência exata, no sentido de que os trabalhos aqui sejam obstruídos, isso não pode, Sr. Presidente!

Então, gostaria de que V.Ex^a solicitasse as notas taquigráficas para que nós, de uma vez por todas, resolvamos não só esta situação, mas que fechemos o procedimento. Até porque, deputado Waldenor, sendo Situação, os 15 minutos nos interessam demais. Não precisa nada a partir de agora: pediu questão de ordem, vamos ficar calados! Acho que a Oposição nos está ajudando.

Quero agradecer ao deputado Bacelar e aos outros, porque nós concordamos: a partir de agora, pediu questão de ordem, ficaremos tranquilos. Não precisaremos mais fazer qualquer abordagem solicitando a recomposição do quorum. Se a regra é essa, nós topamos. O acordo está feito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu solicito ao deputado Euclides Fernandes, meu querido amigo, que registre sua presença, pois V.Ex^a pediu uma verificação de quorum.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu faço o apelo a V.Ex^a.

Ao deputado que pedir questão de ordem, só concederei se marcar a presença.

Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, eu não só vou pedir como vou rogar a V.Ex^a, presidente desta Casa, uma reunião da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, senão isso aqui vai ficar ingovernável. Será possível que esta Casa não seja capaz de modernizar o seu Regimento para se acabar com essa celeuma?

Na realidade, o deputado João Bacelar pediu a questão de ordem. Logo em seguida, o deputado Paulo Rangel pediu e eu também, mas desisti porque a questão já estava esclarecida. Está registrado nas notas taquigráficas.

Queria sua atenção, Sr. Presidente.

No momento em que o deputado Paulo Rangel pediu a questão de ordem para tratar do quorum ele já fez a proposição que faria na minha questão de ordem. Então, desisti da minha questão de ordem após a fala do deputado Paulo Rangel. Eu disse a V.Ex^a: “Desisto da questão de ordem porque o assunto está esclarecido”, uma vez que ela seria no mesmo sentido do que havia dito o deputado Paulo Rangel.

Então, Sr. Presidente, já discutimos aqui coisas de pequena importância que tomaram quase 1 hora do nosso debate. A questão da ida do deputado Bira Corôa à tribuna: pela primeira vez vi o presidente desta Casa cassar a palavra de um orador na tribuna. Estou vendo isso pela primeira vez, em 20 e tantos anos nesta Casa, e outros

fatos como esse por falta do Regimento Interno.

Então, não se pode mais arguir aqui nada embasado no Regimento Interno porque se está tomando medidas por vontade pessoal, por uma interpretação que alguém colocou posteriormente.

Portanto, também era propositor da questão de ordem o deputado Paulo Rangel, pode olhar as notas taquigráficas. Isso aqui não é a “Escolinha do Professor Raimundo”, não, para não haver analogia das coisas.

Eu agradeço a atenção de V.Ex^a e solicito – se necessário for, o nosso partido vai apresentar um requerimento – uma reunião da Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno para atualizar o Regimento e esclarecer, pelo menos, 90% dessas questões banais que tomam conta da discussão em Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu vou assumir um compromisso aqui: no dia 1º de junho nomearei uma Comissão para a Reforma do Regimento, e essa mesma vai ser a Comissão do Conselho de Ética da Casa. Vai ser uma Comissão de Ética permanente, que fará também as alterações do Regimento da Casa.

Nós vamos levar para a Mesa Diretora até o fim do mês, certo, a aprovação dessa Comissão - Deputado, só para concluir - vamos levar para a aprovação esta Comissão, que vai ser proporcional aos partidos, certo. Será nomeada essa Comissão.

O Conselho de Ética vai ser um Conselho Permanente, certo, e esse mesmo Conselho fará a reforma do Regimento Interno no prazo de seis meses. É óbvio que as posições acordadas serão trazidas por nós aqui para o Plenário, com a maior rapidez possível. Para as não acordadas nós vamos tentar o acordo político para trazer depois aqui para esta Casa.

Tendo em vista que não há número legal, declaro encerrada a presente sessão, lembrando aos Srs. Deputados que há um requerimento, já anunciado anteriormente, de uma Convocação Extraordinária um minuto após o encerramento desta.

Está encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*